



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Marta Teixeira Sousa

Estudo da Relação entre a Responsabilidade Social Empresarial e a Tributação



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Marta Teixeira Sousa

Estudo da Relação entre a Responsabilidade Social Empresarial e a Tributação

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Mário Marques

janeiro de 2019

DECLARAÇÃO

Nome: Marta Teixeira Sousa

Endereço eletrónico: marta.tsousa@hotmail.com

Número do cartão de cidadão: 14890746

Título da dissertação: Estudo da Relação entre a Responsabilidade Social Empresarial e a Tributação

Orientador: Professor Doutor Mário Marques

Ano de conclusão: 2019

Designação do mestrado: Mestrado em Contabilidade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO DE Mestrado APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado é uma viagem longa, que envolve uma série de desafios, incertezas, recuos e avanços. Toda esta viagem cabe apenas ao investigador, a mim neste caso, porém não estive sozinha nesta tão longa caminhada da minha vida académica. Esta jornada só chegou ao fim com o apoio e colaboração de muitas pessoas, a quem dedico este projeto. Por isto, tenho a agradecer:

Ao Professor Doutor Mário Marques, pela orientação, pela disponibilidade, e sobretudo pelo incentivo. Obrigada Professor, todos os conselhos e críticas construtivas foram essenciais em adquirir novas competências, que serão importantes na minha vida profissional.

À Universidade do Minho, por me acolher numa das fases mais importantes da minha vida, pelo bom ambiente existente na instituição, fazendo com que leve no coração não só a universidade mas também a cidade de Braga.

Aos meus amigos, eles sabem quem são, pela amizade constante, por toda a força que me deram, não só ultimamente, como em todo o meu percurso académico. Obrigada a todos, o vosso apoio foi fundamental.

Ao Jony, pelo amor, companheirismo e apoio incondicional. Nos momentos mais difíceis, eras o primeiro a quem recorria para desabafar e tu estavas sempre pronto a dar-me aquele apoio que eu tanto precisava. Obrigada, por tudo!

À minha irmã, que nunca deixou de acreditar nas minhas capacidades, mesmo nos momentos mais difíceis, quando as incertezas eram muitas. Obrigada mana, pelo ânimo e pelo carinho!

Aos meus pais, pela educação e amor e por me terem proporcionado sempre as melhores condições possíveis para que eu fosse bem sucedida a nível académico. Obrigada pela motivação e incentivo!

A todos, o meu sincero obrigada!

“O verdadeiro homem mede a sua força, quando se defronta com o obstáculo.”

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Título: Estudo da relação entre a responsabilidade social empresarial e a tributação

A globalização da economia teve como consequência mudanças sociais e políticas, que levantam questões acerca do desempenho social das empresas. Cada vez mais, as empresas reconhecem a importância do seu papel na sociedade envolvente, e uma das grandes prioridades dos gestores é a responsabilidade social que as suas empresas praticam.

Esta responsabilidade deve estar presente na estratégia das organizações, de forma a que estas obtenham vantagem competitiva no mercado onde atuam. As empresas devem respeitar as questões fiscais determinadas pela lei, de forma a pôr em prática a sua responsabilidade.

Esta investigação pretende estudar a relação entre a responsabilidade social das empresas e as práticas de evitação fiscal das mesmas, em contexto português, mais concretamente numa amostra de empresas localizadas no distrito de Braga. A metodologia adotada consistiu na aplicação de um questionário a empresas de diversos setores de atividade para, posteriormente, ser construído um índice de responsabilidade social para incorporar num modelo de regressão linear. Os resultados foram submetidos a testes estatísticos de forma a validar as conclusões da investigação.

As principais conclusões da presente investigação parecem indicar a existência de uma relação entre a responsabilidade social das empresas e a evitação fiscal. Ou seja, as empresas que se apresentem com níveis elevados de responsabilidade social, parecem adotar em menor grau práticas de evitação fiscal.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial; evitação fiscal; agressividade fiscal.

ABSTRACT

Title: The study of the relationship between corporate social responsibility and taxation

The globalization of the economy has resulted in social and political changes, arising questions about the social performance of companies. More and more, companies recognize the importance of their role in the surrounding society, and one of the top priorities of managers is the social responsibility that their companies practice.

This responsibility must be present in the organizations' strategy, to gain competitive advantage in the market where they operate. Companies should respect tax issues determined by law in order to put their responsibility into practice.

This investigation aims to study the relationship between corporate social responsibility and tax avoidance practices in the Portuguese context, specifically in a sample of companies of the district of Braga. The methodology adopted consisted in the application of a survey to companies from different sectors of activity, resulting in a social responsibility index that was further incorporated into a linear regression model. The results were submitted to statistical tests in order to validate the conclusions of the investigation.

The main conclusions of the present investigation indicate that there is a relationship between corporate social responsibility and tax avoidance. In other words, companies that present themselves with high levels of social responsibility, seem to adopt less tax avoidance practices.

Keywords: corporate social responsibility; tax avoidance; tax aggressiveness.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Índice de tabelas	xi
Lista de abreviaturas	xii
Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: Revisão de literatura	5
2.1 Responsabilidade social empresarial	5
2.1.1 Conceito de RSE.....	5
2.1.2 Medidas de RSE	6
2.1.3. Relatórios de sustentabilidade no âmbito da RSE.....	10
2.2 Evitação fiscal.....	12
2.2.1 Medidas	13
2.3 Relação entre RSE e evitação fiscal	16
2.3.1 Relação entre RSE e evitação de impostos/agressividade fiscal	17
2.3.2 Relação entre RSE e a evitação de impostos influenciadas por variáveis específicas	19
Capítulo 3: Metodologia.....	23
3.1 Desenvolvimento da hipótese e objetivo do estudo.....	23
3.2 Estratégia empírica	23
3.3 Dados e amostra.....	25
3.4 Variáveis de controlo	26
3.5 Questionário sobre a RSE	28
3.5.1 Dados demográficos	29
3.5.2 Perceção da RSE sobre os <i>stakeholders</i>	31
3.6 Estatística descritiva	35
Capítulo 4: Resultados e discussão.....	37
4.1 Análise bivariada	37
4.2 Resultados da análise de regressão e discussão	38
Capítulo 5: Conclusões do estudo	47
Referências bibliográficas	49

Apêndices	53
Apêndice I - Iniciativas que promovem a RSE e sua divulgação	53
Apêndice II - Organizações/Associações que promovem a RSE	54
Apêndice III – Carta de apresentação	55
Apêndice IV – Formulário do questionário	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das medidas de evitação fiscal	14
Tabela 2 - Critérios aplicados na seleção das empresas	26
Tabela 3 - Resumo das variáveis de controlo	27
Tabela 4 - Estatística descritiva dos dados demográficos	29
Tabela 5 - Quais as suas habilitações literárias?.....	30
Tabela 6 - Qual a posição que ocupa na empresa?	30
Tabela 7 - Há quanto tempo ocupa essa posição na empresa?	31
Tabela 8 - Estatística descritiva da perceção da RSE sobre os stakeholders.....	32
Tabela 9 - Estatística descritiva das variáveis do estudo.....	35
Tabela 10 - Correlações entre as variáveis do estudo.....	37
Tabela 11 - Estatísticas de colinearidade.....	38
Tabela 12 - Resultados da regressão linear considerando a RSE a quatro níveis	40
Tabela 13 - Resultados da regressão linear considerando o índice de RSE	42
Tabela 14 - Estatística descritiva das duas novas variáveis.....	44
Tabela 15 - Resultados da regressão linear considerando medida alternativa à ETR	44

LISTA DE ABREVIATURAS

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

BTD – *Book-Tax Differences* (Diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal)

CEO – *Chief Executive Officer* (Diretor executivo)

ETR – *Effective Tax Rate* (Taxa efetiva de imposto)

GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial

GRI – *Global Reporting Initiative*

ISO - *International Organization for Standardization*

KLD – *Kinder, Lydenberg e Domini*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG – Organizações Não Governamentais

PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

PME – Pequenas e Médias Empresas

RAI – Resultado Antes de Imposto

ROA – *Return on Assets* (Rendibilidade do ativo)

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

UE – União Europeia

UNGC - *United Nations Global Compact*

UTB - *Unrecognized Tax Benefit* (Benefícios não reconhecidos)

VIF – *Variance Inflation Factors* (Fatores de inflação da variância)

WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que as práticas de planeamento fiscal por parte das empresas estão presentes na maioria dos países. Estas práticas, como esperado, têm impactos negativos no desenvolvimento económico de cada país. O combate a estas práticas é da responsabilidade do Estado, mais concretamente da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), sendo que este combate só é possível através da melhoria das regras tributárias, e de um maior e mais eficaz *enforcement* dessas normas. Ao longo dos anos, o Estado teve a necessidade de aumentar a carga fiscal sobre os contribuintes, de forma a ser essencialmente financiado pelas receitas fiscais para as suas atividades de redistribuição de rendimentos e de intervenção na economia. Este aumento levou a que os contribuintes agissem na medida de encontrar opções de planeamento tributário para diminuir a sua carga fiscal.

Porém, este fenómeno dos contribuintes optarem por uma gestão fiscal mais agressiva põe em causa a responsabilidade que as empresas apresentam perante a sociedade. Atualmente, vive-se uma conjuntura onde cada vez mais a responsabilidade social empresarial (RSE) é umas das grandes prioridades dos gestores. No entanto, as organizações devem também respeitar as questões fiscais determinadas pela lei. Assim, as mesmas devem ter em conta as obrigações que apresentam perante todos os cidadãos, estando assim a pôr em prática a sua responsabilidade social (Malherbe, 2013). Mais do que propriamente uma exigência pela lei, a RSE deve estar contida na própria estratégia da organização, de modo a obter vantagem competitiva e a criar riqueza para os seus investidores – sendo este o seu último objetivo. De acordo com Grace (2011, p. 17), “as empresas socialmente responsáveis pretendem, assim, dar um sinal às diversas partes interessadas com as quais interagem: os colaboradores, os accionistas, os consumidores, os poderes públicos e as ONG”.

A atualidade e relevância dos temas supramencionados, incluindo a situação em Portugal, foram as principais razões que motivaram a elaboração do presente trabalho. No campo académico, também constitui uma linha de investigação atual e em crescente desenvolvimento. Estudos efetuados sobre tal relação obtiveram resultados contraditórios. Por um lado, há estudos que sugerem que as empresas tidas como socialmente responsáveis podem apresentar comportamentos fiscais agressivos

(Huseynov & Klamm, 2012; Preuss, 2010), e outros concluem o contrário (Lanis & Richardson, 2012b). Outros investigadores sugerem ainda que empresas mais irresponsáveis socialmente apresentam um comportamento fiscal mais agressivo (Hoi, Wu, & Zhang, 2013) e que empresas familiares mais responsáveis são mais agressivas fiscalmente, enquanto empresas não-familiares mais responsáveis são menos agressivas (Landry, Deslandes, & Fortin, 2013). É, então, neste contexto que se torna pertinente estudar a relação entre a RSE e o comportamento fiscal das mesmas, em contexto português, mais precisamente no distrito de Braga.

Este trabalho, de carácter exploratório, pretende obter evidência empírica sobre as práticas de evitação fiscal e o grau de RSE associado às mesmas. Mais concretamente, pretende-se estudar se empresas socialmente mais responsáveis são mais ou menos evitadoras de impostos. Para levar esta investigação a cabo, em termos metodológicos, será elaborado um questionário de resposta fechada dirigido aos CEO das pequenas e médias empresas (PME) do distrito de Braga. O objetivo do inquérito é obter informação para elaborar um índice de RSE, procurando aferir a perceção da responsabilidade das empresas sobre vários grupos de *stakeholders*: sociedade, meio ambiente, gerações futuras, ONG, funcionários, clientes e governo, para que posteriormente seja integrado num modelo de regressão linear.

Ao nível da literatura, o estudo fornece evidência empírica que mostra que empresas com mais responsabilidade social são menos propensas a ser fiscalmente agressivas. Numa perspetiva económica, com o aumento do índice de RSE, parece aumentar também a taxa efetiva de imposto. Isto é, quanto mais responsável for uma empresa no contexto socioeconómico em que se insere, menos impostos essa empresa evita. O estudo confirma também os resultados de pesquisas anteriores, que indicam que empresas com melhor desempenho social são menos agressivas fiscalmente (Lanis & Richardson, 2012b; Hoi *et al.*, 2013).

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é feita uma breve introdução à temática central do estudo e o seu objetivo. O segundo capítulo consiste na revisão da literatura, estando este dividido em três secções: RSE, evitação fiscal e a relação entre os dois conceitos. Assim, a primeira secção contempla (1) a evolução do conceito de RSE e algumas definições, (2) algumas medidas usadas por autores da área que permitem mensurar a RSE, e (3) uma breve abordagem aos relatórios de sustentabilidade no âmbito da RSE. No presente caso, a tributação foi analisada ao

nível das práticas de evitação fiscal por parte das empresas. Assim surge a segunda secção, a evitação fiscal, que tem como principal objetivo a análise do modo como a literatura afere e mede a evitação fiscal. A terceira secção, a relação entre os conceitos anteriores, analisa estudos anteriores que remetem para a relação (positiva ou negativa) entre os dois principais temas da presente investigação. No capítulo três é exposto o plano de investigação, especificando informações sobre a metodologia adotada, a recolha de dados, a caracterização da amostra e também alguma estatística descritiva. No penúltimo capítulo são apresentados os resultados e respetiva discussão, incluindo testes estatísticos, nomeadamente, testes de correlação e de regressão linear múltipla. O último capítulo diz respeito às conclusões que resultaram do estudo realizado.

CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Responsabilidade social empresarial

A RSE tornou-se uma parte importante da estratégia de negócios de um número crescente de empresas em todo o mundo, a partir do momento em que o desempenho das empresas começou a ser afetado pelas suas estratégias no mercado (Baron, 2007).

Utting (2005, p. 375) refere que cada vez mais empresas estão a adotar iniciativas de responsabilidade social voluntárias, particularmente “códigos de conduta; medidas para melhorar os sistemas de gestão ambiental e saúde e segurança no trabalho; relatórios *triple bottom line* sobre aspetos financeiros, sociais e ambientais, (...) diálogo com os *stakeholders* e parceiras com organizações não-governamentais (ONG) e agências das Nações Unidas, e um maior apoio para projetos e programas de desenvolvimento comunitário”. Este crescente interesse pela RSE deve-se, sobretudo, às mais variadas iniciativas de organizações internacionais (Branco & Delgado, 2012), que estão descritas no apêndice I.

Nas subsecções seguintes aborda-se o conceito de RSE, as diferentes formas de medição da mesma, e também se discutem os relatórios de sustentabilidade no âmbito da RSE.

2.1.1 Conceito de RSE

As questões associadas à RSE surgiram sobretudo a partir de 1950, nos EUA e, desde então, o debate que rodeia o tema encontra-se em expansão, acompanhando a evolução que as questões ambientais e sociais têm registado. É notório que os clientes parecem escolher fornecedores socialmente responsáveis, com certificações ambientais (Orlitzky, Schmidt, & Rynes, 2003; Carter & Easton, 2011). Perante isto, as empresas que não apresentem um comportamento socialmente responsável poderão sentir dificuldades em afirmar-se no mercado a longo prazo.

A União Europeia (UE) considera, no seu Livro Verde sobre um debate quanto às formas de promoção de RSE tanto a nível europeu como internacional, que a RSE é a “responsabilidade das empresas pelos seus impactos na sociedade” (COM 366, 2001,

p.6). Aqui defende-se que as empresas devem integrar preocupações sociais, ambientais, éticas e dos direitos humanos no seu plano de boas práticas, entrando assim em colaboração com os *stakeholders*, maximizando a criação de valor partilhado. A UE alerta para a importância da RSE tanto ao nível dos trabalhadores – igualdade de género, saúde e bem-estar dos mesmos – como ao nível ambiental – prevenção da poluição e alterações climáticas. No entanto, defende também que o combate à corrupção se deve à responsabilidade social. Desta forma, observa-se que tanto o meio ambiente como o social são aspetos que valem tanto como o elemento económico.

Com a publicação do Livro Verde da Comissão Europeia, apareceram em Portugal várias organizações/associações (exibidas no apêndice II) que pretendem promover novas filosofias de gestão baseadas em conceitos que emergem da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

2.1.2 Medidas de RSE

Foram vários os autores que, ao longo dos anos, procuraram medir as ações socialmente responsáveis (e.g., Abbott & Monsen, 1979; Aupperle, 1984; Turker, 2009). A mensuração da RSE tem sido levada a cabo por meio da análise dos relatórios de responsabilidade social bem como pela realização de questionários dirigidos à gestão das empresas e trabalhadores. Waddock e Graves (1997) (citados por Turker, 2009, p. 414) analisaram métodos de medição de RSE, apesar de sentirem algumas dificuldades em medir este conceito. Tais métodos incluíam questionários de resposta fechada, escalas, índices e bases de dados de reputação, análise de conteúdo de documentos, medidas comportamentais e de perceção, e estudos de caso.

No que diz respeito aos questionários de resposta fechada, o estudo de Aupperle, Carroll, e Hatfield (1985) utiliza exatamente este tipo de método. Os autores desenvolveram um questionário de resposta fechada para medir o grau de orientação dos CEO para a responsabilidade social, com base num modelo que define a RSE que Carroll (1979) acrescentou na literatura. Os CEO foram solicitados a atribuir pontos, até 10, a cada um dos 20 conjuntos de afirmações que medem a RSE. Cada um dos conjuntos incluía quatro declarações, correspondendo cada uma destas às quatro componentes (económicas, legais, éticas e filantrópicas) definidas por Carroll.

Ainda nesta linha de investigação, Gallardo-Vázquez e Sanchez-Hernandez, em 2014, definiram uma escala global para a RSE, tentando alcançar as suas diferentes dimensões - social, económica e ambiental - analisando as relações de causa-efeito com o desempenho e o sucesso competitivo. À semelhança do estudo anterior, os autores também elaboraram um questionário, dirigido aos gestores das empresas, que solicitava a estes que atribuíssem, numa escala de *Likert*, pontos até 10 para cada afirmação apresentada. Para a dimensão social, foi solicitada uma resposta entre “0: totalmente em desacordo” a “10: totalmente de acordo”; para as restantes dimensões, as respostas poderiam ser de “0: muito abaixo da concorrência” a “10: muito acima da concorrência”.

Os métodos mais utilizados são os índices de reputação e bases de dados, sendo que os mais populares são: a base de dados *Kinder, Lydenberg e Domini* (KLD) e o índice *Fortune* (Turker, 2009). A base de dados KLD usa uma combinação de pesquisas, demonstrações financeiras e relatórios governamentais, para avaliar o desempenho social em áreas como comunidade, gestão empresarial, diversidade, relações entre funcionários, meio ambiente, direitos humanos e produto. Estas dimensões são avaliadas para determinar se uma empresa é ou não socialmente responsável. O índice *Fortune* baseia-se numa ferramenta sistemática que avalia os comportamentos socialmente responsáveis do ponto de vista da gestão.

Cheng , Ioannou e Serafeim (2014) averiguaram se um melhor desempenho em estratégias de RSE leva a um melhor acesso ao financiamento. Para a sua análise empírica, e para medir a RSE, estes autores utilizaram uma base de dados em painel com informação sobre os desempenhos ambiental, social e de gestão (ESG), obtida através da *Thomson Reuters ASSET4*. Segundo Cheng *et al.* (2014), a *Thomson Reuters ASSET4* é uma empresa suíça especializada no fornecimento de informações ESG. Depois de reunidas estas informações, os investigadores transformaram-nas em unidades consistentes para permitir uma análise quantitativa desses dados qualitativos. Os autores observaram que (1) para fatores ambientais, os dados incluíam informações sobre consumo de energia, reciclagem da água, emissões de carbono, resíduos reciclados e poluição; e (2) para fatores sociais, os dados englobavam rotatividade de funcionários, taxa de lesões, acidentes, funcionários do sexo feminino e doações.

Os dados que são recolhidos pela *Thomson Reuters ASSET4* são identificados como *drivers* ou *outcomes*. Os *drivers*, por um lado, abrangem questões como reduções de emissões, direitos humanos e direitos dos acionistas. Os *outcomes*, por outro lado,

preocupam-se com emissões de gases com efeito de estufa, rotatividade dos funcionários e maior remuneração. Com base nestes dados, a *Thomson Reuters ASSET4* oferece uma plataforma que estabelece *benchmarks* (como setor, país, etc.) para a avaliação do desempenho empresarial. Os indicadores-chave de desempenho são organizados em categorias dentro de quatro pilares: (1) pontuação de desempenho ambiental; (2) pontuação de desempenho social; (3) pontuação de gestão empresarial; e (4) pontuação de desempenho económico. No ano t , uma empresa recebe um *z-score* para cada um dos pilares, comparando o seu desempenho com as empresas restantes, com base em informações disponíveis do ano fiscal $t-1$.

Outro método utilizado consiste na análise de conteúdo de documentos empresariais. Este modo de medição só é possível dada a facilidade de obtenção de informações sobre RSE. Ao longo dos anos, a literatura sobre relatórios de sustentabilidade tem crescido, aumentando, assim, o uso da análise do conteúdo dos mesmos como um método de mensuração de RSE. Abbott e Monsen (1979) desenvolveram uma escala, provavelmente pioneira, para medir a RSE com base na análise de conteúdo dos relatórios anuais das empresas da *Fortune 500*. Esta análise consiste numa técnica para recolher dados que implica codificar a informação qualitativa em categorias, para, assim, se obter uma escala quantitativa de diferentes níveis de complexidade. Os estudos anteriores que analisam a fiabilidade dos relatórios das divulgações ambientais forneceram evidências empíricas de que não existe associação empírica entre o conteúdo desses relatórios e o desempenho efetivo (Freedman & Wasley, 1990; Ingram & Frazier, 1980; Rockness, 1985; Wiseman, 1982, citados por Turker, 2009, p. 415).

Outro dos métodos de medição empregues pela literatura é o uso de escalas que medem a perceção da RSE por parte dos *stakeholders*. A escala de Smith e Blackburn (1988) (citados por Turker, 2009, p. 415) é das mais utilizadas, e foi desenvolvida por Aupperle (1984) (citado por Turker, 2009, p. 415) para medir os valores individuais de RSE dos gestores, de acordo com o modelo de quatro dimensões de Carroll. Outra escala bastante conceituada é o *Perceived Role of Ethics and Social Responsibility* (PRESOR) que mede as perceções da gestão sobre o papel da ética e da responsabilidade social no alcance da eficácia organizacional (Singhapakdi, Vitell, Rallapalli, & Kraft, 1996). Tal como a escala de Aupperle (1984) (citado por Turker, 2009, p. 415), o PRESOR foca-se na mensuração dos valores individuais, em vez de medir atividades socialmente

responsáveis das empresas. Em relação ao conteúdo da escala, designadamente na parte relativa à responsabilidade social, os quatro itens usados foram os seguintes: “(1) o gestor socialmente responsável deve ocasionalmente colocar os interesses da sociedade sobre os interesses da empresa; (2) a única responsabilidade da administração é maximizar a rendibilidade dos investimentos dos acionistas; (3) o facto de as empresas terem grande poder económico significa que elas têm uma responsabilidade social para além dos interesses dos seus acionistas; (4) desde que as empresas gerem rendibilidades para os seus acionistas, os gestores têm de assegurar uma responsabilidade social da empresa para além dos interesses dos acionistas” (Singhapakdi *et al.*, 1996, p. 1139).

Turker (2009), à semelhança de Singhapakdi *et al.* (1996), analisou a relação entre RSE e o compromisso organizacional, focando-se também nas perceções dos gestores e outros profissionais de negócios de empresas com fins lucrativos turcas, obtendo-se desta forma uma medida de RSE. A medida de RSE procura aferir a perceção da responsabilidade da empresa sobre vários grupos de *stakeholders*. Consideraram-se, no início da construção da escala de medição, os seguintes *stakeholders*: funcionários, clientes, sociedade, governo, concorrentes, meio-ambiente, gerações futuras e ONG, tendo sido, na análise subsequente, eliminados os concorrentes. Depois de realizadas várias análises estatísticas foram identificados quatro grupos de *stakeholders* cuja importância no âmbito da RSE foi confirmada.

Foi possível identificar uma importância da RSE relativamente a um conjunto de *stakeholders* (designadamente sociedade, meio ambiente, gerações futuras e ONG). A autora atribui este resultado ao facto de nos últimos anos ter crescido a preocupação sobre problemas globais. Este resultado também pode ser explicado, como refere a autora, pelo facto dos respondentes, sendo maioritariamente jovens, terem uma maior consciência das questões relacionadas com a sustentabilidade do meio ambiente e com as gerações futuras.

No âmbito deste estudo, a segunda categoria em termos de importância é relativa à RSE com os trabalhadores. A investigadora considera este resultado bastante interessante, uma vez que os dados foram recolhidos através dos funcionários. É um resultado interessante, uma vez que os entrevistados parecem ignorar os seus próprios interesses, quando comparada com a RSE para com a sociedade, meio ambiente, gerações futuras e ONG.

O terceiro grupo investigado engloba os clientes. É certo que estes assumem um papel de extrema importância na sobrevivência e crescimento dos negócios. Como esperado, os inquiridos atribuem significativa importância à RSE para com os clientes. Finalmente a RSE sobre questões governamentais e legais aparece como a mais fraca medida explicativa de RSE. Há alguma literatura que suporta este resultado no sentido em que a RSE não aparece em muitos estudos associada a esta área mais legal. Esta componente inclui uma questão relacionada com a responsabilidade da empresa no cumprimento das suas obrigações fiscais. Este resultado parece indicar que a RSE neste contexto turco não está associado às questões de cumprimento fiscal.

2.1.3. Relatórios de sustentabilidade no âmbito da RSE

A RSE tornou-se, atualmente, uma característica dominante do mundo empresarial. Portanto, hoje em dia, a grande parte das empresas multinacionais revela a sua dedicação aos valores da RSE, publicando os seus relatórios anuais de sustentabilidade (KPMG, 2011, citado por Ylönen & Laine, 2015, p. 6). Esta divulgação acontece uma vez que as empresas procuram não limitar as suas responsabilidades apenas ao seu desempenho financeiro e aos seus accionistas (Ackers, 2017), tendo como principal objetivo divulgar informações sobre a interação das empresas com a sociedade (Branco & Rodrigues, 2005). Branco e Rodrigues (2006) argumentam ainda que a divulgação da responsabilidade social é importante na medida em que melhora os efeitos dessa responsabilidade na reputação empresarial. Em concordância com estes autores, Hooghiemstra (2000) argumenta que as empresas usam a divulgação de RSE como um instrumento de comunicação para criar e aprimorar a sua reputação, podendo ajudar uma empresa na criação de uma vantagem competitiva.

Apesar deste estudo não incidir sobre os relatórios de RSE, pode argumentar-se que a introdução dos mesmos na realidade das empresas representa um passo na evolução do relatório empresarial, através do qual as empresas podem demonstrar a sua responsabilidade perante as partes interessadas (Adams, 2015; Flower, 2015).

Branco e Rodrigues (2008) sugerem que as empresas se envolvem em atividades de responsabilidade social e na sua divulgação por dois motivos. Um destes consiste no facto de que as empresas admitem que mantendo boas relações com os seus *stakeholders* pode levar a um aumento dos retornos financeiros, fazendo com que atinjam uma vantagem competitiva que as diferencia dos seus concorrentes. O outro motivo relaciona-se com o

facto das empresas se envolverem em atividades de RSE de acordo com as normas e expectativas das partes interessadas sobre como as suas operações devem ser conduzidas.

De modo a que as empresas emitam os seus relatórios de sustentabilidade com uma maior transparência organizacional, existem os padrões¹ dos relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI). Estas normas incluem diretrizes para a elaboração desses relatórios com indicadores que medem o desempenho económico, ambiental e social das empresas. A dimensão económica tem como intuito fazer referência aos impactos das organizações sobre os sistemas económicos num contexto local, nacional e internacional, e às condições económicas dos seus *stakeholders* (GRI, 2011).

Os relatórios de sustentabilidade empresarial incluem discussões sobre impostos, que fornecem evidências sobre a importância dos pagamentos de impostos no contexto de RSE. A GRI considera que o pagamento dos impostos empresariais é uma contribuição positiva para o bem-estar social, por isso as diretrizes que essa organização emitiu recomendam que as empresas forneçam informação detalhada sobre esses pagamentos.

Davis, Guenther, Krull, e Williams (2016) observam que há inconsistências na forma como os pagamentos de impostos empresariais são tratados nos relatórios emitidos pelas organizações. Apesar das diretrizes da GRI atribuírem especial importância às divulgações de impostos, parece existir uma falta de tratamento uniforme das informações fiscais nos relatórios. Depois, há empresas que concordam que a RSE é importante, mas não relatam nenhuma informação fiscal.

Apesar das fragilidades supramencionadas, as diretrizes emitidas pela organização GRI sugerem que as empresas socialmente mais responsáveis tendem a pagar mais impostos. Por exemplo, a GRI atribui ao primeiro indicador económico fundamental o “valor económico gerado e distribuído, incluindo (...) pagamentos a provedores de capital e governos” (GRI, 2011).

Apesar desta relação positiva entre o pagamento de impostos e o bem-estar público, existem claras diferenças no modo com as empresas observam e emitem os seus impostos nos relatórios de sustentabilidade. Assim, Davis *et al.* (2016) analisaram quarenta

¹ Os padrões dos relatórios de sustentabilidade da GRI são os primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade. Estes padrões representam a melhor prática global para reportar uma série de impactos económicos, ambientais e sociais (GRI, 2018).

relatórios de sustentabilidade selecionados aleatoriamente no período de 2009 a 2011 para compreender como é que os impostos e informações fiscais são relatados. Este estudo teve como principal resultado o facto de que em 47,5% desses relatórios, as empresas não divulgam qualquer informação sobre impostos ou não remete o leitor para informações fiscais. Apesar disso, observaram que existem algumas declarações sobre os impostos que consistem na importância atribuída ao pagamento de impostos da empresa para o bem-estar social da comunidade.

Assim, perante esta evidente relação entre o pagamento de impostos e a RSE, é pertinente analisar a evitação fiscal, que surge no próximo tópico. Esta abordagem torna-se oportuna também porque iniciativas como a GRI e a Comissão Europeia afirmam explicitamente que o pagamento de impostos empresariais apoia programas governamentais criados para melhorar o bem-estar social, contribuindo de forma positiva para a sociedade (Lanis & Richardson, 2016, p. 1).

2.2 Evitação fiscal

A evitação fiscal das empresas é motivo de preocupação para as autoridades fiscais, para os accionistas e para a sociedade em geral (Huseynov & Klamm, 2012). As autoridades fiscais, em primeiro lugar, estão preocupadas com as receitas fiscais e interessadas em compreender se as empresas se envolvem em atividades de agressividade fiscal e evitação fiscal². Os acionistas, em segundo lugar, estão interessados em saber se a administração da empresa tem cumprido com a sua responsabilidade de aumentar a sua própria riqueza. Os acionistas devem estar também atentos ao facto de que problemas de agência não resolvidos poderão levar os gestores a evitar mais ou menos impostos (Armstrong, Blouin, Jagolinzer, & Larcker, 2015). Por fim, o público em geral está preocupado com o facto de as empresas pagarem os seus impostos.

Esta secção destina-se à análise do modo como a literatura afere e mede a evitação fiscal. No entanto, antes de prosseguir, considera-se importante estabelecer uma distinção

² Em relação aos conceitos “evitação fiscal” e “agressividade fiscal”, não existem definições universalmente aceites e por vezes são tidos como semelhantes, portanto é necessário estabelecer a distinção entre os mesmos. O termo “evitação fiscal” é definido como a redução de impostos explícitos de uma empresa (Hanlon & Heitzman, 2010). A agressividade fiscal refere-se a quaisquer estratégias de minimização de impostos (Lanis & Richardson, 2012). Este termo pode ser usado de forma permutável com a “evitação fiscal” e a “gestão de impostos”. Portanto, no âmbito do presente estudo a agressividade fiscal está incluída no termo de “evitação fiscal”.

entre evitação fiscal e evasão fiscal. No presente estudo, a evitação fiscal será aferida através de várias medidas usadas na literatura existente, porém a investigação não incide na distinção entre os dois conceitos.

Por um lado, observa-se que a evitação fiscal é legal e as suas consequências são certas. Por outro lado, a evasão fiscal significa esconder fontes de lucro tributável das autoridades fiscais para reduzir a responsabilidade fiscal, como por exemplo não reportar todas as vendas ou prestações de serviços (Tresch, 2002, p. 512).

2.2.1 Medidas

A evitação fiscal é viável de ser medida, portanto discutem-se, de seguida, as medidas mais comuns existentes na literatura. Antes disso, mostra-se como se obtêm as informações sobre os impostos ao nível da empresa.

As empresas divulgam o lucro tributável nas suas declarações fiscais e também relatam, nomeadamente, os gastos com impostos sobre o rendimento nas suas demonstrações financeiras. Assim, as estimativas do lucro tributável e do pagamento de impostos - fatores importantes para medir a evitação fiscal - poderiam ser obtidas em qualquer uma das fontes. Apesar disso, a maioria das medidas de evitação fiscal é obtida a partir dos dados das demonstrações financeiras, porque as declarações fiscais não estão disponíveis publicamente e o acesso é restrito.

Apresentam-se, então, na tabela seguinte (Tabela 1) as medidas de evitação fiscal utilizadas por diversos autores que Hanlon e Heitzman (2010) sistematizaram no seu estudo. As medidas são as seguintes: taxa efetiva de imposto (ETR), ETR a longo prazo, diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal (BTD), benefícios não reconhecidos (UTB) e as empresas *tax shelter*³.

³ O Congresso dos EUA (Joint Committee on Taxation, 1999, citado por Graham & Tucker, 2006, p. 569) define um *tax shelter* como um esforço concebido para evitar a tributação sem exposição a risco ou perda económica. Ou seja, os *tax shelter* são considerados como esquemas/métodos para reduzir o encargo fiscal das empresas.

Tabela 1 - Resumo das medidas de evitação fiscal

Variável	Cálculo	Descrição	Vantagens	Desvantagens
ETR	$\frac{\text{Despesa de imposto}}{RAI}$	Total de despesa fiscal por unidade monetária do resultado antes de imposto (RAI)	Capaz de captar uma ampla gama de estratégias fiscais	O resultado contabilístico não reflete os benefícios fiscais da dedutibilidade dos juros
ETR a longo prazo	$\frac{\Sigma (\text{Imposto pago})}{\Sigma (RAI)}$	Soma do imposto pago durante n anos dividido pela soma do RAI durante n anos	A natureza do cálculo a longo prazo evita a instabilidade ano-a-ano nas ETR anuais; a medida de longo prazo evita grande parte do desajuste de impostos	Todas as variáveis da ETR: refletem todas as transações que afetam o pagamento de impostos da empresa; não distinguem atividades reais, atividades de evitação fiscal e benefícios fiscais; e não captam diretamente impostos implícitos
BTD	$RAI - \frac{\text{Total de impostos}}{\text{Taxa nominal de IRC}}$	Diferenças totais entre o resultado contabilístico e o fiscal	Captam algum elemento de evitação fiscal	Esta medida não pode ser utilizada para comparar as atividades de evitação fiscal em empresas com diferentes níveis de importância nos lucros financeiros

Tabela 1 - Resumo das medidas de evitação fiscal (Continuação)

UTB	Valor divulgado pós-FIN48	Pagamento de impostos acumulado por impostos ainda não pagos em posições incertas	Se estes benefícios forem maiores, então vai existir uma maior incerteza na posição fiscal da empresa, e provavelmente serão indicadores do grau de evitação fiscal; o valor dos UTB registados na contabilidade é um acréscimo contabilístico sujeito ao julgamento do conselho de administração
Empresas <i>tax shelter</i>	Variável binária que identifica as empresas que se envolvem em <i>tax shelter</i>	Empresas identificadas através de divulgações empresariais, da imprensa, ou de dados fiscais confidenciais	Interesse em identificar casos de comportamento intencional de planeamento fiscal
			A amostra de empresas <i>tax shelter</i> identifica apenas as empresas que divulgaram o <i>tax shelter</i> de acordo com as regras recentes de divulgação de determinadas transações; o facto de os <i>tax shelters</i> serem transações únicas leva a que não se possa identificar o comportamento geral de prevenção da empresa

Fonte: adaptado de Hanlon e Heitzman (2010, pp. 139 - 144)

Existe, portanto, uma variedade de medidas da evitação de impostos das organizações, no entanto, nem todas estas medidas são igualmente apropriadas para cada questão de pesquisa. Assim no âmbito deste trabalho, e apesar dos problemas existentes no cálculo da ETR, vai ser usada esta medida neste estudo que vem sendo utilizada por alguns autores (e.g., Lanis & Richardson, 2012b; Landry *et al.*, 2013). O facto de a ETR ser uma medida capaz de captar uma ampla gama de estratégias fiscais, desde estratégias legais a evasão fiscal (Landry *et al.*, 2013, p. 623), torna-a uma medida vantajosa.

2.3 Relação entre RSE e evitação fiscal

O pagamento de impostos, incluindo os empresariais, apoia programas governamentais criados para melhorar o bem-estar social, contribuindo assim, de forma positiva para a sociedade e o seu desenvolvimento. É com este espírito que iniciativas como a GRI e a Comissão Europeia incluem as responsabilidades tributárias como um importante fator de RSE. Assim, torna-se pertinente analisar a relação entre a RSE e as práticas de evitação fiscal, dado que, como referido, o comportamento das empresas em relação aos impostos está relacionado com a responsabilidade social (Lanis & Richardson, 2016). Em concordância vem Hanlon e Heitzman (2010) sugerir como pesquisa futura o estudo da correlação entre a evitação fiscal e a responsabilidade social.

Branco (2014) defende que minimizar estrategicamente a carga fiscal não é coerente com a noção de RSE. No entanto, refere que as reduções na carga fiscal permitem melhorias na rentabilidade das empresas e o aumento da riqueza gerada para os seus proprietários. Do ponto de vista da sociedade, os impostos ganham importância na medida em que eles são a fonte do financiamento dos programas sociais do Estado.

Assim, há vários autores que estudaram essa relação. Alguns investigadores analisaram a relação entre atividades irresponsáveis e evitação de impostos (e.g., Hoi *et al.*, 2013), entre a RSE e o pagamento de impostos (e.g., Davis *et al.*, 2016) e entre a RSE e a agressividade fiscal (e.g., Lanis & Richardson, 2012b; Lanis & Richardson, 2015). Outros investigadores estudaram os efeitos que algumas variáveis (nomeadamente a localização de sedes de empresas em paraísos fiscais, os serviços fiscais fornecidos por auditores, as empresas familiares e não-familiares, o desempenho de lucros, e a existência de *outside directors*) têm na relação entre a RSE e a evitação de impostos (e.g., Preuss,

2010; Huseynov & Klamm, 2012; Landry *et al.*, 2013; Watson, 2015; Lanis & Richardson, 2016). Segue-se então a análise detalhada dos estudos referidos.

2.3.1 Relação entre RSE e evitação de impostos/agressividade fiscal

A. Associação positiva

Davis *et al.* (2016) investigaram a relação entre o pagamento de impostos empresariais e a RSE, mais precisamente, analisaram se as duas atividades atuam como complementos ou substitutos. Utilizando o método dos mínimos quadrados e um sistema de equações, estimaram a relação entre as medidas de RSE e (1) o valor dos impostos pagos, e (2) o valor investido nas atividades fiscais de *lobbying*. Os dados para construir o índice de RSE foram obtidos através da base de dados KLD. Para calcular a medida dos pagamentos de impostos foi utilizada a ETR ao longo de cinco anos. Assim, os autores concluíram que a RSE está negativamente relacionada com ETR de cinco anos. Ou seja, quanto maior o nível de RSE que uma empresa apresenta menor a ETR dos últimos cinco anos, e, por sua vez, maior a evitação fiscal. Acrescentam ainda que, em média, a RSE e os pagamentos de impostos atuam como substitutos.

B. Associação negativa

O estudo de Lanis e Richardson (2012b) investiga a associação entre RSE e agressividade fiscal empresarial. Os autores deste estudo afirmam que as atividades agressivas fiscais afetam as ETR pelo menos de duas formas. Primeiro, as atividades agressivas fiscais normalmente geram BTM, sendo estas diferenças temporárias ou permanentes entre o resultado contábilístico e o lucro tributável da empresa. Estas diferenças produzem variação nas ETR, porque o numerador é baseado no lucro tributável, enquanto o denominador é baseado no resultado contábilístico (Lanis & Richardson, 2012b, p. 91). Segundo, as empresas usam, normalmente, as suas operações estrangeiras para evitar impostos e as ETR captam essa forma de agressividade fiscal. Geralmente, empresas que evitam os seus impostos reduzindo os seus lucros tributáveis, apresentam menores ETR, tornando assim possível medir a agressividade fiscal através da ETR. Neste estudo, foram utilizadas duas medidas diferentes: a ETR1, definida como despesa de imposto sobre o rendimento a pagar no momento dividido pelo resultado contábilístico, e a ETR2, definida como despesa de imposto sobre o rendimento a pagar atualmente dividido pelos fluxos de caixa operacionais.

Em relação à variável independente, RSE, para determinar o nível de divulgação desta, os autores desenvolveram um índice amplo de divulgação de RSE. Os critérios que serviram de base para os itens desse índice foram os seguintes: (1) refletir o maior número possível de categorias de RSE (comunidade, clientes, ambiente e fornecedores), em vez de um conjunto individual ou limitado de categorias; e (2) associar transações e atividades de RSE a empresas de todos os setores. Foram analisados os relatórios anuais das empresas e outras informações adicionais, baseados em 52 itens, que se agrupam nas seguintes categorias: (1) itens de estratégia empresarial e de RSE, (2) itens de estratégia de equipa, (3) itens de investimento social, (4) itens de ambiente, (5) itens de clientes e fornecedores e (6) itens de envolvimento comunitário e político. Para cada um destes itens, cada empresa da amostra foi pontuada com “1” no caso de divulgar atividades de RSE ou com “0” caso contrário.

Os autores analisaram empresas australianas cotadas e, com o estudo desta amostra, concluíram que quanto maior o nível de divulgação de RSE de uma empresa, menor é o seu nível de agressividade fiscal. Isto é, empresas que apresentem altos níveis de divulgação de RSE estão menos propensas a serem fiscalmente agressivas.

Hoi *et al.* (2013) examinaram a associação entre atividades irresponsáveis de RSE e evitação fiscal. Os resultados deste estudo sugerem que empresas com atividades de RSE irresponsáveis excessivas têm maior probabilidade de apresentar maiores BTD temporárias/permanentes. Outra conclusão apresentada baseia-se no facto de que as empresas com excessivas atividades irresponsáveis de RSE são mais agressivas na prevenção de impostos.

De forma a alcançar tais resultados, os autores usaram duas medidas para capturar práticas agressivas de evitação fiscal: (1) a BTM temporária para a empresa i no ano t e (2) a BTM permanente para a empresa i no ano t . No que diz respeito às atividades de RSE, foram usadas as classificações sociais negativas da KLD para medir as atividades empresariais que são reconhecidas como tendo um impacto negativo nos *stakeholders*.

Em 2015, Lanis e Richardson levaram a cabo outro estudo que se baseou em dados da base de dados KLD, alcançando tanto empresas que evitam impostos como as que não evitam, sendo que a amostra do estudo foi baseada em 50% de cada uma destas categorias. As empresas que não evitam os impostos são identificadas com base na sua semelhança com as empresas que evitam impostos em questões de: classificação da indústria,

tamanho da empresa e tempo (e.g., Kaplan & Reishus, 1990; Beasley, 1996, citados por Lanis & Richardson, 2015, p. 444).

Com base numa análise estatística, os autores inferiram que, em média, empresas que evitam impostos apresentam um maior total de ativos, vendas e valor de mercado em relação às empresas restantes. Os autores sugeriram ainda que, em média, as empresas que evitam impostos são as que apresentam ETR menores, ou seja, pagam menos impostos sobre o rendimento da empresa. Para testar estas hipóteses, a variável dependente é representada pela evitação fiscal empresarial e a variável independente é exibida pelo desempenho da RSE. A primeira variável foi mensurada da seguinte forma: a cada empresa foi atribuído o valor “1” se a empresa estivesse envolvida numa disputa tributária envolvendo autoridades governamentais ou numa controvérsia sobre as suas obrigações fiscais, ou “0” caso contrário. A segunda variável foi mensurada com base na base de dados KLD, como foi explicado anteriormente.

Os autores concluíram que as empresas norte-americanas que apresentam um elevado desempenho da RSE são menos propensas a envolver-se em práticas de evitação fiscal. Ou seja, as empresas socialmente mais responsáveis têm uma menor probabilidade de exibir práticas de evitação fiscal.

2.3.2 Relação entre RSE e a evitação de impostos influenciadas por variáveis específicas

Preuss (2010) argumenta que o pagamento dos impostos é um aspeto pouco pesquisado no âmbito da RSE mas é uma associação importante tanto para a sociedade como para a gestão empresarial. Portanto, propõe-se a examinar se as empresas que se envolvem em evitação fiscal através da localização das suas sedes em paraísos fiscais alegam agir de forma socialmente responsável. A fim de levar esta análise a cabo, o autor estuda as questões de pesquisa através de uma análise do conteúdo dos códigos de conduta. Para identificar os paraísos fiscais, foi usado o *Stop Tax Haven Abuse Bill*. Para os países identificados como paraísos fiscais, foram selecionadas as maiores empresas utilizando a lista *Forbes Global* de 2000 de 2008 (Preuss, 2010, p. 367). Este índice aplica quatro medidas – vendas, valor de mercado, ativos e lucros – para ser obtida uma medida do tamanho da empresa. Os códigos de conduta analisados foram obtidos a partir dos *websites* das empresas selecionadas, sendo esses comparados aos de empresas dos EUA.

Preuss (2010) encontra evidência que as empresas com sede em paraísos fiscais tendem a envolver-se em práticas socialmente responsáveis.

Huseynov e Klamm (2012) defendem que a RSE tem impacto nas atividades de redução de impostos e que uma das potenciais áreas de conflito entre os *stakeholders* diz respeito à tributação. A estratégia que as empresas usam para reduzir ou evitar os seus impostos pode beneficiar os seus acionistas, mas à custa da sociedade (Sikka, 2010).

Huseynov e Klamm (2012) examinaram o efeito da RSE na evitação fiscal para empresas que utilizam serviços fiscais fornecidos pelo auditor. Foram usadas três variáveis da base de dados KLD – gestão empresarial, comunidade e diversidade – para medir o impacto da RSE na ETR. Segundo Huseynov e Klamm (2012), a KLD atribui “+1” a um sinal de força e “-1” a um sinal de preocupação em cada categoria. Assim, a primeira categoria, a da gestão empresarial, mede remunerações, propriedades, transparências e responsabilidades políticas. Por exemplo, uma preocupação desta categoria é “remuneração alta” e uma força “remuneração limitada”. A categoria referente à comunidade engloba o apoio à comunidade, doações a associações de caridade e controvérsias sobre investimentos. A força atribuída à comunidade é “fornecer apoio a instituições de caridade”, e a sua preocupação é “disputa tributária”. Por fim, a categoria da diversidade apoia a estrutura organizacional da empresa, sendo a sua preocupação as “controvérsias de ação afirmativa” e a sua força a “promoção de minorias”.

O estudo controlou variáveis financeiras e específicas que poderiam afetar a ETR das empresas. Os autores descobriram que a maioria das variáveis da RSE está correlacionada com a ETR. Os pontos fortes e as preocupações da gestão empresarial e os pontos fortes da comunidade e da diversidade estão negativamente associados à ETR (ou seja, quanto maior o nível de RSE nestas categorias, menor a ETR, portanto mais agressiva é a empresa perante o pagamento dos seus impostos). As preocupações da comunidade relacionam-se, por sua vez, positivamente com a ETR (isto é, quanto mais elevado for o nível de RSE nas preocupações da comunidade, maior será a ETR, o que leva a que a empresa seja identificada como menos agressiva fiscalmente). Os pontos fortes da diversidade são as únicas variáveis que se associam significativamente à ETR. Desta forma, apesar de serem necessárias mais investigações, é possível afirmar que estas correlações mostram uma associação entre a RSE, a gestão de impostos e a evitação fiscal.

Landry *et al.* (2013) sugerem que o comportamento agressivo face aos impostos pode afetar negativamente a reputação de uma empresa e que pagar a parte justa dos impostos é uma componente importante da RSE. Assim, é necessário que as empresas sejam menos agressivas perante os impostos se pretendem preservar a sua reputação. Desta forma, os autores propõem-se a investigar se empresas socialmente responsáveis são menos agressivas aos impostos e se essa relação difere entre empresas familiares e não-familiares.

De forma a executar esta investigação, os autores utilizaram uma amostra de empresas canadianas derivada do *Canadian Social Investment Database (CSID)* que contém classificações de RSE, ao nível das seguintes dimensões: comunidade e sociedade, gestão empresarial, funcionários, meio ambiente e clientes. O modelo apresentado no estudo supõe que a agressividade fiscal é uma função do comportamento social empresarial e da sua estrutura de propriedade. A medida de agressividade fiscal utilizada é a ETR da empresa, sendo que, como já referido, esta medida capta uma ampla gama de estratégias fiscais, desde estratégias legais até evasão fiscal (Landry *et al.*, 2013, p. 623).

Com base no modelo desenvolvido e na amostra selecionada, os resultados evidenciam que as empresas familiares são menos agressivas do que as empresas não-familiares. Para além disso, os resultados sugerem também que os comportamentos fiscais não estão necessariamente alinhados com a RSE. Considera-se também a importância de observar as dimensões da RSE separadamente ao investigar a relação entre agressividade fiscal e RSE.

Watson (2015) analisou os efeitos que o desempenho dos lucros atuais e futuros têm sobre a relação entre a RSE e a evitação fiscal. O autor refere que o desempenho futuro dos lucros pode afetar a RSE no período atual e o planeamento tributário, pois os gestores possuem informações sobre o desempenho futuro da empresa. É, então, provável que esses gestores utilizem essa informação privilegiada aquando da tomada de decisões de RSE e planeamento tributário. Em termos de medição, o autor usou a base de dados KLD para medir o desempenho de RSE. A parte empírica deste estudo foi realizada usando o método dos mínimos quadrados de ETR sobre a RSE, o desempenho dos lucros e as variáveis de controlo. O autor conclui, então, que a RSE está positivamente associada à evitação fiscal quando o desempenho atual dos lucros é fraco. Isto é, quando o desempenho económico é fraco verifica-se que maiores níveis de RSE estão relacionados com maiores níveis de evitação fiscal.

O estudo de Lanis e Richardson (2016) examina o impacto que têm os *outside directors* sobre a associação entre a RSE e agressividade fiscal. Os autores concluíram que a presença de *outside directors* no quadro amplifica a associação negativa entre a RSE e a agressividade fiscal. Ou seja, quanto mais responsável uma empresa se apresenta, menos impostos essa empresa evita. Além disso, são fornecidas evidências de que a nomeação de outros *outside directors* para o conselho de administração poderá melhorar a reputação da empresa e sua posição dentro da comunidade, ajudando a administração a construir uma política de RSE abrangente.

De forma a atingir tais resultados, Lanis e Richardson (2016), utilizaram como variável dependente do estudo a agressividade fiscal empresarial. Os autores utilizaram três medidas *proxy* da agressividade fiscal. A primeira medida está relacionada com a propensão para as empresas se envolverem em *tax shelters*, capturando assim formas particularmente agressivas de práticas fiscais (Hoi *et al.*, 2013; Lisowsky, Robinson & Schmidt, 2013; Wilson, 2009, citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 9). A segunda medida é representada por BTD temporárias. Segundo Desai e Dharmapala (2006) (citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 9), um valor maior destas diferenças representa um nível mais elevado de agressividade fiscal. Por fim, a terceira medida é baseada na ETR, sendo que esta capta as consequências de práticas abrangentes de agressividade. A ETR reflete a ideia de que os gestores compreendem o planejamento fiscal eficaz como a capacidade de minimizar os impostos pagos em dinheiro. Neste caso, uma ETR elevada demonstra um nível mais baixo de agressividade fiscal.

Como variável independente, foi utilizada uma interação entre a independência do conselho de administração e o desempenho da RSE. A primeira variável foi medida como a proporção de membros do conselho que são diretores não executivos, e a segunda foi medida considerando a base de dados KLD.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

3.1 Desenvolvimento da hipótese e objetivo do estudo

Este estudo tem como objetivo principal analisar a relação que existe entre a RSE e a evitação fiscal que as empresas praticam. Perante a revisão de literatura apresentada anteriormente, é possível concluir que existem vários estudos direcionados para este assunto, no entanto uma parte deles conclui que há uma relação positiva entre estas práticas, e outra parte conclui o oposto, ou seja, que existe relação negativa entre a RSE e a evitação fiscal. Porém é mais abundante a literatura que sugere que a RSE leva a menores níveis de agressividade fiscal (e.g., Lanis & Richardson, 2012b; Landry *et al.*, 2013; Lanis & Richardson, 2015). Assim, surge esta investigação para analisar essa relação no contexto português, com a seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 1: A agressividade fiscal está inversamente relacionada com a RSE.

No seguimento da revisão de literatura analisada anteriormente, é possível afirmar que, quando uma empresa assume atividades de RSE, é menos provável que seja agressiva fiscalmente. Dessa forma, é esperado que uma empresa que seja socialmente mais responsável apresente menos propensão a encetar atividades fiscais agressivas.

3.2 Estratégia empírica

A presente investigação surge no âmbito da análise da relação entre a RSE e a evitação fiscal. Mais concretamente, pretende-se analisar se as empresas socialmente mais responsáveis são mais ou menos agressivas a nível fiscal. De forma a alcançar o objetivo a que se propõe a presente investigação, faz-se uso do seguinte modelo:

$$ETR = f(RSE + \beta_1 SIZE + \beta_2 ROA + \beta_3 LEV + \beta_4 CAP_INT + \varepsilon).$$

As duas variáveis imprescindíveis do mesmo são a evitação fiscal e a RSE, que serão descritas nos parágrafos seguintes.

A evitação fiscal constitui a variável dependente, é medida, no âmbito do presente estudo, com base nas ETR. Esta medida baseada na ETR é importante, segundo Lanis e Richardson (2012b, p. 91), por três razões:

“Em primeiro lugar, recentes pesquisas empíricas fiscais descobriram que as ETR abrangem a agressividade fiscal (e.g., Slemrod, 2004; Dyreng *et al.*, 2008; Robinson *et al.*, 2010). Em segundo lugar, a ETR é uma *proxy* da agressividade fiscal mais frequentemente usada por investigadores académicos (e.g., Mills *et al.*, 1998; Phillips, 2003; Rego, 2003; Dyreng *et al.*, 2008). Em terceiro lugar, (...) as baixas ETR são um indicador-chave ou sinal de agressividade fiscal para as empresas.”

Geralmente as ETR são definidas como o rácio entre os gastos com impostos sobre o RAI de determinado período de uma empresa. Tendo em conta que as ETR comparam o passivo fiscal atual gerado pelo lucro tributável com o lucro antes dos impostos com base nos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA), as ETR medem, assim, a aptidão que uma empresa apresenta para reduzir o seu passivo fiscal atual em relação ao seu RAI. Assim, as ETR indicam a carga tributária relativa entre empresas (Rego, 2003, citado por Lanis & Richardson, 2012b, p. 91).

Landry *et al.* (2013) afirmam que quanto menor a ETR, mais agressivas são as empresas, e mais próximas estão de práticas de evitação fiscal e, possivelmente, da evasão fiscal. Assim, os dados usados para medir as ETR das empresas selecionadas foram retirados da base de dados Amadeus. Na elaboração da demonstração de resultados deve constar uma estimativa do imposto a pagar. É prática comum as empresas portuguesas determinarem o IRC a pagar aquando da elaboração da demonstração de resultados (fazendo refletir no lucro tributável as variações patrimoniais e correções fiscais a acrescer e deduzir). Assim, a medida usada de ETR consiste no rácio entre a despesa de imposto, calculada com base no lucro tributável e matéria coletável, e o RAI.

A variável independente do modelo empírico da presente investigação é uma medida ou índice de RSE. Este índice foi construído a partir de um questionário de resposta fechada, elaborado através do Qualtrics, dirigido aos CEO das PME do distrito de Braga, já selecionadas através da base de dados Amadeus. O instrumento de pesquisa aplicado baseia-se no de Turker (2009). A amostra obtida incluiu uma variedade de empresas que atuam em diferentes setores de atividade.

O questionário aplicado foi enviado via *e-mail*, sendo que incluía uma carta de apresentação para explicar o propósito do estudo (ver apêndice III). O questionário (cujo formulário se encontra no apêndice IV) procurou aferir a perceção da responsabilidade da empresa sobre vários grupos de *stakeholders*: sociedade, meio ambiente, gerações

futuras, ONG, funcionários, clientes e governo. Para avaliar esta percepção foi aplicada uma escala de *Likert* com as seguintes avaliações: “Discordo bastante”, “Discordo parcialmente”, “Nem concordo nem discordo”, “Concordo parcialmente” e “Concordo bastante”, estando estas codificadas de 1 a 5, respetivamente. O objetivo deste inquérito foi obter informação para construir um índice de RSE, de forma a que essa medida pudesse ser integrada no modelo de regressão linear. A construção de tal índice de RSE baseou-se na soma de todos os pontos atribuídos às afirmações colocadas, tendo sido o somatório dividido por 80 pontos. Todas as afirmações encontram-se na afirmativa, por isso quanto mais próxima do “Concordo bastante” estiver a resposta dos inquiridos, mais socialmente responsável é a empresa. Tendo em conta que foram aplicadas 16 afirmações, 80 é o resultado da multiplicação entre 16 e 5 (ponto atribuído ao “Concordo bastante”).

Através da base de dados, e após ser aplicado o critério das PME, obteve-se um total de 22.377 empresas, no entanto foi necessário reduzir este número para 375 empresas, através do cálculo de amostra ótima. Assim, os questionários foram enviados no dia 25 de Setembro de 2018 para estas 375 empresas (tendo sido estas selecionadas de forma aleatória). Tendo em conta a taxa de resposta reduzida, houve necessidade de enviar os inquéritos a mais empresas. Desta vez, foram enviados questionários a mais 1.500 empresas da lista de resultados obtida na Amadeus. Assim, o envio de inquéritos alcançou um total de 1.875 empresas. Deste total de empresas foram obtidas 96 respostas, perfazendo assim uma taxa de resposta de 5,12%. A amostra não é representativa da população.

3.3 Dados e amostra

De forma a testar empiricamente a hipótese anteriormente desenvolvida, o presente estudo de *cross-section*, incide sobre uma amostra de empresas portuguesas, mais concretamente empresas localizadas no distrito de Braga, para o ano fiscal 2017, que representa o último e mais completo exercício financeiro disponível para a recolha de dados. Estes dados foram retirados da base de dados Amadeus. Como a incidência de interesse eram as PME do distrito de Braga, o total obtido foi de 22.377 empresas. Porém, após aplicados determinados critérios (evidenciados na tabela seguinte), este número foi reduzido para 15.250 empresas. Dado que este número é ainda elevado, houve necessidade de calcular o tamanho ótimo da amostra, através de uma calculadora *online*

disponibilizada pelo *SurveyMonkey*. Assim, obteve-se uma amostra de 375 empresas. Dado que no decorrer do período dado para a resposta ao inquérito, o número de respostas era baixo foram enviados mais 1.500 inquéritos. Assim, a amostra de empresas ascende a 1.875.

Tabela 2 - Critérios aplicados na seleção das empresas

Critérios	Total de empresas
Empresas de Braga em estado ativo	32.927 empresas
Empresas com vendas inferiores a 50 milhões de euros (2017)	24.052 empresas
Empresas com número de funcionários inferior a 250 (2017)	22.377 empresas
Empresas com as seguintes formas legais: Lda e SA	22.347 empresas
Empresas criadas até 2015, inclusive	19.585 empresas
Empresas com valores conhecidos de impostos, total de ativos, AFT e ROA (2017)	15.250 empresas

3.4 Variáveis de controlo

Tal como em pesquisas anteriores sobre a evitação fiscal (e.g., Hoi *et al.*, 2013; Landry *et al.*, 2013; Lanis & Richardson, 2012, 2015, 2016; Davis *et al.*, 2016), foram diversas as variáveis de controlo incluídas no estudo, as quais se consideram determinantes da medida ETR. Assim, as variáveis de controlo incluídas no modelo são: a dimensão da empresa (SIZE), a rendibilidade do ativo total líquido (ROA), a estrutura de capitais (LEV), e a intensidade de capital (CAP_INT). De seguida, apresenta-se uma tabela (Tabela 3) que apresenta o resumo destas variáveis.

Tabela 3 - Resumo das variáveis de controlo

Variável	Cálculo	Importância	Sinal esperado
SIZE	$\ln(\text{Ativo total})$	Indicador da saúde financeira da empresa	Sinal negativo
ROA	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Ativo total}}$	Indicador da lucratividade da empresa	Nenhuma previsão
LEV	$\frac{\text{Passivo não corrente}}{\text{Ativo total}}$	Indicador do efeito da dívida sobre os incentivos das empresas no planeamento tributário	Sinal negativo
CAP_INT	$\frac{AFT}{\text{Ativo total}}$	Indicador das diferenças existentes no registo contabilístico e fiscal	Sinal negativo

Aquando da dimensão da empresa, importa referir que o ativo é um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a empresa benefícios económicos futuros (Borges, Rodrigues & Rodrigues, 2010). É esperado, em concordância com os autores Lanis e Richardson (2012b, 2015, 2016), que empresas maiores tendam a evitar mais impostos do que empresas mais pequenas, pois possuem maior poder económico e político em relação às empresas menores, sendo assim capazes de reduzir as suas despesas fiscais. Além disso, as empresas maiores têm mais capacidade financeira para contratar especialistas da área fiscal para conceber ou desenhar estratégias de evitação fiscal. Portanto, o sinal esperado é negativo, porque a evitação fiscal vai ser medida através da ETR.

Em relação ao ROA, Gupta e Newberry (1997) (citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 11) encontraram uma associação positiva entre a rendibilidade da empresa e a ETR. No entanto, outros estudos afirmam uma relação positiva entre lucratividade da empresa e agressividade fiscal (Frank *et al.*, 2009; Rego, 2003, citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 11). Estes autores argumentam que empresas mais lucrativas apresentam incentivos mais fortes devido ao seu grande potencial de obter economias fiscais, assim como mais recursos disponíveis para se envolverem em atividades fiscais

agressivas. Dada a inconsistência da relação verificada na literatura não se antecipa, no presente estudo, o sinal do coeficiente desta variável.

No que diz respeito à estrutura de capitais, descrita pela sigla LEV, Cheng *et al.* (2012) (citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 10) afirmam que a dedutibilidade fiscal da despesa com juros deve influenciar positivamente os incentivos ao planeamento fiscal empresarial. Acrescentam ainda Cheng *et al.* (2012) (citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 10) que a estrutura de capitais está negativamente associada à ETR, ou seja, esta variável está positivamente associada à agressividade fiscal, devido a pagamentos de juros dedutíveis de impostos. Assim, espera-se que o sinal desta variável de controlo seja negativo.

A intensidade de capital (CAP_INT) está negativamente associada à ETR, devido aos custos de depreciação correspondentes à vida útil dos ativos (Lanis & Richardson, 2016, p. 10). Desta forma, antecipa-se o sinal deste coeficiente: sinal negativo.

Através da literatura existente na área, foi possível identificar outras variáveis de controlo, nomeadamente a intensidade de I&D e o rácio *market-to-book*. Porém, não foram incluídas no estudo, uma vez que não há dados suficientes para as calcular.

3.5 Questionário sobre a RSE

Como referido na secção 3.2, o questionário aplicado baseia-se no instrumento desenvolvido por Turker (2009). A autora leva a cabo uma série de testes (e.g. piloto e estatísticos) que procuram validar o instrumento e por isso, no presente estudo, não se realizaram testes piloto.

Nesta secção pretende-se apresentar os dados obtidos após a aplicação do questionário e descrevê-los estatisticamente. Esta análise será dividida em duas subsecções, uma vez que o questionário está dividido em dois grupos. O primeiro grupo refere-se aos dados demográficos dos inquiridos. O segundo grupo foca-se na perceção da responsabilidade da empresa sobre vários grupos de *stakeholders*, estando dividido em duas partes: a primeira relativa à sociedade, meio ambiente, gerações futuras e ONG e a segunda relativa aos funcionários, clientes e governo. O total de respostas obtidas foi de 96 profissionais de negócios, que trabalham em diferentes organizações e setores.

3.5.1 Dados demográficos

As questões têm foco nos seguintes dados dos respondentes: sexo, idade, habilitações literárias, posição e antiguidade na empresa. Antes de se proceder à análise individual das questões, observa-se na tabela seguinte (Tabela 4) a estatística descritiva de todas as variáveis demográficas.

Tabela 4 - Estatística descritiva dos dados demográficos

	N	Desvio-padrão	Mínimo	Média	Máximo
Qual o seu sexo?	96	,50	1	1,53	2
Qual a sua idade?	96	1,08	1	4,24	5
Quais as suas habilitações literárias?	96	1,56	1	5,49	9
Qual a posição que ocupa na empresa?	96	2,04	1	3,91	7
Há quanto tempo ocupa essa posição na empresa?	96	1,37	1	3,44	5

No que diz respeito ao sexo, os inquiridos são, na sua maioria, do sexo masculino (53,1%), sendo que as mulheres ocupam a percentagem restante, de 46,9%.

A classe de idades mais frequente foi a “mais de 41 anos”, com uma percentagem total de 58,3%. De seguida e de forma decrescente, 19,8% responderam as pessoas que apresentam idades entre os 36 e os 40 anos, 11,5% entre os 31 e os 35 anos, 8,3% entre os 26 e os 30 anos, e, por fim, apenas 2,1%, perfazendo um total de duas pessoas, com menos de 25 anos. Estas percentagens são compreensíveis, uma vez que o questionário foi direcionado à pessoa que assume a gestão da empresa, ou seja, compreende-se que estes indivíduos apresentem mais idade.

Os dados exibidos na Tabela 5 são relativos às habilitações literárias dos respondentes. A maioria destes (40,6%) respondeu que possuía uma licenciatura (pré ou pós-Bolonha). De seguida, o 12º ano de escolaridade também apresenta uma habilitação de destaque, com 27,1%. Com percentagens menores, vem a pós-graduação e o mestrado/mestrado integrado totalizando, respetivamente, 8,3% e 9,4%. Apenas 2 pessoas possuem doutoramento, e o 4º e 6º de escolaridades totalizaram somente 2% de respostas obtidas.

Tabela 5 - Quais as suas habilitações literárias?

		Frequência	Percentagem
Válido	4º ano de Escolaridade	1	1,0
	6º ano de Escolaridade	1	1,0
	9º ano de Escolaridade	5	5,2
	12º ano de Escolaridade	26	27,1
	Bacharelato	5	5,2
	Licenciatura (pré/pós-Bolonha)	39	40,6
	Pós-Graduação	8	8,3
	Mestrado ou Mestrado Integrado	9	9,4
	Doutoramento	2	2,1
	Total	96	100,0

Tal como supramencionado, o questionário aplicado foi direcionado à pessoa que assume a gestão da empresa. No entanto, sabe-se que nem sempre essa pessoa está disponível para responder a questionários, fazendo com que outra pessoa com outro cargo na empresa tenha de o fazer. Assim, considerou-se importante conhecer a posição que o respondente ocupa na empresa. A Tabela 6 mostra o número de pessoas que respondeu a cada um dos cargos e qual a respetiva percentagem.

Tabela 6 - Qual a posição que ocupa na empresa?

		Frequência	Percentagem
Válido	Administrador/a	16	16,7
	CEO ou Diretor/a Geral	14	14,6
	CFO ou Diretor/a Financeiro/a	14	14,6
	Gestor/a	11	11,5
	Accionista / Gerente	11	11,5
	Administrativo/a	20	20,8
	Outra. Qual?	10	10,4
	Total	96	100,0

Assim, o cargo com maior frequência foi o de administrativo, totalizando um total de 20 pessoas (20,8%). Foram 16 (16,7%) os administradores que responderam ao questionário, e com percentagem de 14,6% responderam CEO e CFO. Os cargos de gestor e de acionista/gerente obtiveram percentagens de 11,5% cada. Um total de 10 respondentes, indicaram outra posição, nomeadamente, contabilista, entre outras.

Sabendo os cargos que os inquiridos ocupam nas suas empresas, torna-se relevante conhecer qual a sua antiguidade na empresa. É neste contexto que surge a seguinte questão, evidenciada na Tabela 7. A maioria dos respondentes, 30,2%, trabalha na mesma empresa há mais de 16 anos. De seguida, com uma percentagem de 25,0%, responderam pessoas que apresentam antiguidade na empresa entre os 11 e os 15 anos e também entre os 3 e os 5 anos. Cerca de 11 pessoas (11,5%) ocupam a mesma posição na empresa entre 6 e 10^a anos, e uma minoria (8,3%) trabalha há menos de 2 anos na empresa.

Tabela 7 - Há quanto tempo ocupa essa posição na empresa?

		Frequência	Percentagem
Válido	Menos de 2 anos	8	8,3
	3 - 5 anos	24	25,0
	6 - 10 anos	11	11,5
	11 - 15 anos	24	25,0
	Mais de 16 anos	29	30,2
	Total	96	100,0

3.5.2 Perceção da RSE sobre os *stakeholders*

Esta subsecção tem como objetivo a análise das afirmações apresentadas no questionário sobre a perceção da responsabilidade da empresa sobre vários grupos de *stakeholders* (sociedade, meio ambiente, gerações futuras, ONG, funcionários, clientes e governo). Para avaliar essa perceção foi aplicada uma escala de *Likert* com as seguintes avaliações: “Discordo bastante”, “Discordo parcialmente”, “Nem concordo nem discordo”, “Concordo parcialmente” e “Concordo bastante”, estando estas codificadas de 1 a 5. De seguida, analisam-se essas afirmações, mas antes apresenta-se a análise descritiva das mesmas na Tabela 8.

Tabela 8 - Estatística descritiva da percepção da RSE sobre os *stakeholders*

	N	Mínimo	Média	Máximo	Desvio-padrão
A nossa empresa contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	96	1	3,69	5	1,16
A nossa empresa implementa programas especiais para minimizar o seu impacto negativo no meio ambiente.	96	1	3,95	5	1,08
A nossa empresa participa em atividades que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	96	1	3,90	5	1,12
A nossa empresa tem como objetivo o crescimento sustentável que considera as futuras gerações.	96	1	4,16	5	,97
A nossa empresa faz investimentos para promover uma vida melhor para as gerações futuras.	96	1	3,90	5	1,06
A nossa empresa encoraja os seus funcionários a participar em atividades de voluntariado.	96	1	3,24	5	1,16
A nossa empresa apoia organizações não-governamentais (ONG) que trabalham em áreas problemáticas.	96	1	2,98	5	1,15
A nossa empresa apoia os funcionários que pretendem adquirir formação adicional.	96	1	4,32	5	,97
A nossa empresa implementa políticas que proporcionam aos funcionários um bom equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal.	96	1	4,06	5	1,15
A gestão da nossa empresa está focada nas necessidades e desejos dos funcionários.	96	1	3,58	5	,99
As decisões de gestão relacionadas com os funcionários são geralmente justas.	96	1	4,18	5	,95
A nossa empresa fornece aos clientes informações completas e exatas sobre os produtos.	96	1	4,52	5	,81

Tabela 8 - Estatística descritiva da percepção da RSE sobre os stakeholders (Continuação)

A nossa empresa respeita os direitos dos consumidores para além do exigido legalmente.	96	1	4,43	5	,93
A satisfação do cliente é extremamente importante para a nossa empresa.	96	1	4,76	5	,74
A nossa empresa paga sempre os seus impostos de acordo com o exigido pelas normas em vigor.	96	1	4,82	5	,67
A nossa empresa cumpre na íntegra e tempestivamente com os regulamentos legais.	96	1	4,75	5	,67

A primeira afirmação refere-se à sociedade, tendo uma média de 3,69. Esta média é explicada pelas seguintes percentagens: 35,4% concordaram parcialmente, 27,1% concordaram bastante, 25% nem concordaram nem discordaram, e a restante minoria discordou com a afirmação.

As duas afirmações seguintes correspondem ao meio ambiente, obtendo cada uma delas 3,90 e 3,95 de média, respetivamente. Em relação a percentagens, para a primeira afirmação obteve-se uma percentagem de 42,7% para o “Concordo parcialmente”, 34,4% para o “Concordo bastante”, sendo que as restantes percentagens são uma minoria. Na segunda afirmação, 36,5% de respondentes concordaram bastante, 33,3% concordaram parcialmente, enquanto 17,7% não exprimiram qualquer opinião sobre a questão. Cerca de 12,5% discordaram parcialmente e bastante.

Outras duas afirmações foram reservadas para a responsabilidade das empresas perante as gerações futuras. Estas duas afirmações evidenciam uma média de resposta de 4,16 para uma e 3,90 para outra. Então, na primeira afirmação 42 inquiridos concordaram bastante com a mesma (43,8%), enquanto 37,5% concordaram parcialmente com a questão. Uma minoria de 18,8% não apresentaram qualquer opinião ou discordaram com a afirmação. Na segunda afirmação, as percentagens foram mais distribuídas, sendo que o “Concordo bastante” e o “Concordo parcialmente” obtiveram uma percentagem igual de 34,4%. Cerca de 20 respondentes (20,8%) nem concordaram nem discordaram da afirmação, e os restantes discordaram da mesma.

Para as ONG foram reservadas também duas afirmações, com médias de 3,24 e 2,98. Estas médias apresentam-se com valores baixos, uma vez que a maioria dos inquiridos respondeu à avaliação “Nem concordo nem discordo”, com percentagens de 42,7% para a primeira afirmação e 37,5% para a segunda afirmação.

Destacam-se quatro afirmações⁴ relacionadas com os funcionários das empresas. Estas afirmações apresentam médias entre os 3,58 e os 4,32. A primeira afirmação obteve bastante concordância por parte dos inquiridos, visto que cerca de 53,1% concordou bastante com a mesma. Com uma percentagem de 36,5%, responderam os inquiridos com o “Concordo parcialmente”. À afirmação seguinte, 43 pessoas concordaram bastante, e 32 apenas concordaram parcialmente. Os restantes indivíduos dividiram-se entre as outras avaliações. A afirmação que se segue dedicada aos funcionários obteve uma percentagem de 51,0% de concordância parcial e 25,0% dos inquiridos nem concordaram nem discordaram. A afirmação final dedicada a este grupo de *stakeholders* obteve uma percentagem de 42,7% na avaliação do “Concordo bastante”, 41,7% no “Concordo parcialmente”, 9,4% no “Nem concordo nem discordo”, e 3,1% tanto no “Discordo parcialmente” como no “Discordo totalmente”.

Foram destacadas três afirmações para os clientes da empresa. É notável que as empresas respondentes mostram-se reponsáveis para com os seus clientes, apresentando as afirmações médias entre os 4,43 e os 4,76. Na primeira afirmação deste conjunto, 65,6% dos respondentes concordou bastante com a mesma, 25% concordaram parcialmente. Com percentagens semelhantes, vem a segunda afirmação com 64,6% para o “Concordo bastante”, 19,8% para o “Concordo parcialmente”, 11,5% para o “Nem concordo nem discordo”, 2,1% para o “Discordo parcialmente” e 2,1% para o “Discordo bastante”. A terceira afirmação obteve uma percentagem de 87,5% no “Concordo bastante”.

É importante também que as empresas tenham responsabilidades para com o governo. Assim, destacaram-se as duas últimas afirmações para avaliar essa mesma responsabilidade. Observa-se então que as duas médias obtidas para estas afirmações foram de 4,82 e 4,75. A primeira afirmação, relativa aos impostos, atingiu uma maioria

⁴ Embora sejam apresentadas quatro afirmações para o grupo dos funcionários, foram aplicadas cinco no questionário. No entanto, havia uma afirmação repetida, pelo que foi retirada, pois os resultados são estatisticamente semelhantes, considerando a questão excluída.

de 90,6% no “Concordo bastante”, podendo concluir-se que a maioria das empresas paga sempre os seus impostos. A segunda e última afirmação também obteve uma percentagem elevada (83,3%) no “Concordo bastante”.

3.6 Estatística descritiva

A estatística descritiva das variáveis do estudo encontra-se exibida na tabela seguinte (Tabela 9). Esta tabela analisa tanto as variáveis dependente e independente como as variáveis de controlo. Quanto à variável dependente, a ETR, é possível observar uma média de 0,21. No que diz respeito à variável explicativa, CSR_INDEX, esta teve uma média de 0,82, um mínimo baixo de 0,21 e um máximo de 1. Tendo em consideração a média, é possível observar que a maioria das empresas respondentes apresenta um nível de RSE elevado.

Tabela 9 - Estatística descritiva das variáveis do estudo

	N	Mínimo	Média	Máximo	Desvio-padrão
ETR	96	-2,20	,21	,97	,31
CSR_INDEX	96	,21	,82	1,00	,13
SIZE	96	2,93	7,38	11,48	1,88
ROA	96	-,09	,088	,63	,10
LEV	96	,00	,17	,81	,17
CAP_INT	96	,00	,23	,88	,20

Relativamente à dimensão das empresas, aferida pela variável SIZE, a média é de aproximadamente 7,38, com um mínimo de 2,93 e um máximo de 11,48. Para o ROA verifica-se uma média de 0,88, com um mínimo de -0,09, em consequência de haver empresas com RAI negativo, e um máximo de 0,63. O LEV apresenta uma média de 0,17, com mínimo de 0 e máximo de 0,81. A variável CAP_INT atingiu uma média de 0,23, mínimo de 0 e máximo de 0,88.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está dividido em duas secções. A primeira refere-se à análise bivariada e a segunda é referente aos resultados obtidos nos testes estatísticos, seguidos da respetiva discussão. É neste momento que se pretende apresentar os resultados obtidos após a aplicação do questionário, interpretando os dados de forma estatística, concluindo se a hipótese de investigação é ou não confirmada. Também se pretende relacionar os dados empíricos obtidos com a revisão de literatura analisada inicialmente.

4.1 Análise bivariada

Os resultados da correlação de *Pearson*⁵ são apresentados na Tabela 10. Observando a tabela destaca-se que a ETR está associada positivamente e significativamente com o CSR ($p < 0,01$). Estes resultados indicam uma relação positiva entre o nível de RSE da empresa e o nível de ETR, ou seja, menor evitação fiscal a empresa pratica.

Tabela 10 - Correlações entre as variáveis do estudo

	ETR	CSR_INDEX	SIZE	ROA	LEV	CAP_INT
ETR	1					
CSR_INDEX	,266***	1				
SIZE	-,082	-,028	1			
ROA	-,041	,070	-,236**	1		
LEV	-,001	-,124	-,074	-,304***	1	
CAP_INT	-,123	-,021	,122	-,115	,194	1

***. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,01.

** . Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,05.

*. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,10.

N=96, para todas as variáveis.

⁵ A correlação de *Pearson* pretende calcular o grau de correlação existente entre variáveis, sendo que esta correlação está situada entre -1 e 1.

A Tabela 10 evidencia também as correlações entre as variáveis explicativas. Em relação a estas destacam-se duas correlações estatisticamente significativas, nomeadamente entre o ROA e o SIZE e entre o LEV e o ROA.

Além disso, à semelhança do estudo de Lanis e Richardson (2015), calcularam-se também os fatores de inflação da variância (VIF), porque o facto de se conhecer o VIF para cada variável é uma vantagem uma vez que permite que o investigador saiba se as variâncias dos coeficientes estimados são afetadas pela multicolinearidade⁶ (Mansfield & Helms, 1982, p. 160). No presente caso, a multicolinearidade não é um problema, porque encontram-se todos perto de 1,0, como se pode comprovar na tabela seguinte (Tabela 11).

Tabela 11 - Estatísticas de colinearidade

Modelo	Estatísticas de colinearidade	
	Tolerância	VIF
1 (Constante)		
CSR_INDEX	,982	1,018
SIZE	,905	1,105
ROA	,839	1,192
LEV	,843	1,186
CAP_INT	,943	1,060

a. Variável Dependente: ETR

4.2 Resultados da análise de regressão e discussão

Concluída a análise bivariada, procedeu-se aos testes estatísticos para testar a hipótese de investigação. Estes testes foram tratados através do software estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), uma vez que as respostas obtidas do questionário enviado foram carregadas numa base de dados que foi introduzida nesse mesmo *software*. Assim, de seguida, vão ser apresentados os testes de regressão linear múltipla realizados e a respetiva descrição, e também os resultados obtidos.

⁶ Multicolinearidade é uma condição que ocorre quando as variáveis independentes do modelo estão correlacionadas a outras variáveis independentes.

A regressão linear múltipla é um processo estatístico, onde se procura encontrar um modelo linear válido que permita explicar e fazer previsões para a variável dependente ETR, a partir das variáveis explicativas. Com o objetivo de avaliar a relação entre a RSE e a ETR (e posteriormente na evitação fiscal), foi realizada uma análise de regressão linear múltipla onde o intuito é analisar como se comportam os dados obtidos. Para levar esta análise a cabo, foram criados dois modelos, sendo que no primeiro considera-se o índice de RSE em quatro níveis e no segundo considera-se o índice total de RSE. A análise dos modelos será descrita nos parágrafos seguintes.

À semelhança do estudo de Turker (2009), o primeiro modelo considerou então quatro grupos de *stakeholders* cuja importância no âmbito da RSE foi confirmada. Esses quatro grupos identificados foram a sociedade e o ambiente, os funcionários, os clientes e o governo (respetivamente, CSR_INDEX_SOC_AMB, CSR_INDEX_FUNC, CSR_INDEX_CLIE, e CSR_INDEX_GOV). Estes índices foram colocados nas regressões lineares separadamente e posteriormente adicionaram-se os quatro grupos numa só regressão, dando origem a cinco medidas de ETR. Na tabela seguinte (Tabela 12) é possível verificar quais as estimativas dos coeficientes destas variáveis, assim como das variáveis de controlo.

Tabela 12 - Resultados da regressão linear considerando a RSE a quatro níveis

Variáveis	Sinal previsto	ETR1	ETR2	ETR3	ETR4	ETR5
CSR_INDEX_SOC_AMB	?	-,004 (,189)				-,471** (,234)
CSR_INDEX_FUNC	?		,640*** (,179)			,347 (,283)
CSR_INDEX_CLIE	?			,957*** (,190)		,432 (,434)
CSR_INDEX_GOV	?				1,247*** (,214)	,634 (,509)
SIZE	-	-,014 (,018)	-,004 (,017)	-,015 (,016)	-,021 (,015)	-,011 (,017)
ROA	?	-,239 (,350)	-,252 (,327)	-,323 (,309)	-,372 (,299)	-,353 (,298)
LEV	-	-,015 (,201)	,064 (,188)	,030 (,177)	-,004 (,170)	-,004 (,171)
CAP_INT	-	-,186 (,166)	-,229 (,156)	-,162 (,147)	-,156 (,142)	-,185 (,143)
Constante	?	,379* (,211)	-,219 (,223)	-,500** (,223)	-,764*** (,237)	-,573** (,257)
R ² ajustado (%)		-2,9%	9,9%	19,7%	25,3%	26,2%
F-value		,461	3,086**	5,658***	7,437***	5,218***
N		96	96	96	96	96

***. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,01.

** . Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,05.

*. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,10.

Em relação à primeira medida, que incluiu apenas o índice de RSE ao nível da sociedade e do ambiente, observa-se que apenas a variável constante obteve um coeficiente estatisticamente significativo a 10%. Uma outra análise é que todos os coeficientes foram negativos, tanto para a variável explicativa como para as variáveis de controlo. A segunda medida, que incluiu o índice de RSE ao nível dos funcionários, obteve um resultado interessante, uma vez que o coeficiente do índice de RSE foi positivo e estatisticamente significativo a 1%. Este resultado vai de encontro ao esperado, uma vez que se o coeficiente do índice é positivo significa que quanto mais responsabilidade social uma empresa apresentar ao nível dos seus funcionários, maior ETR apresenta também. Deste resultado decorre que o aumento da RSE da empresa está associado a menos evitação fiscal. No que diz respeito à terceira medida (considerando apenas a RSE ao nível dos clientes), observa-se um índice com coeficiente positivo e estatisticamente significativo a 1%. A outra variável que também se apresenta estatisticamente significativa a 5% é a constante. A quarta medida considerou apenas o governo aquando da RSE e verifica-se também um coeficiente positivo e estatisticamente significativo a 1%. No entanto, quando se juntam todos os índices numa só regressão linear, obtém-se coeficientes positivos para os quatro índices, mas apenas o CSR_INDEX_SOC_AMB é estatisticamente significativo a 5%.

O “F-value”, à significância global do modelo, permite verificar se as variáveis independentes influenciam a variável dependente, ou seja, se o modelo pode ser aplicado para fazer previsões para a variável dependente. Assim, através da Tabela 12, verifica-se que o primeiro modelo não é estatisticamente significativo, porém todos os outros são estatisticamente significativos, o que indica que as variáveis independentes influenciam e explicam a variável dependente, neste caso a ETR.

Uma vez analisado o índice de RSE em quatro grupos de *stakeholders*, analisa-se agora o índice contando com as 16 questões do inquérito aplicado às empresas de Braga, incluindo-o no modelo empírico supramencionado. Os resultados da regressão encontram-se na seguinte Tabela 13.

Tabela 13 - Resultados da regressão linear considerando o índice de RSE

Variáveis	Sinal previsto	ETR
CSR_INDEX	+	,621*** (,232)
SIZE	-	-,013 (,017)
ROA	?	-,262 (,337)
LEV	-	,043 (,194)
CAP_INT	-	-,190 (,160)
Constante	?	-,147 (,248)
R ² ajustado (%)		4,6%
F-value		1,923*
N		96

***. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,01.

**. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,05.

*. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,10.

A hipótese de investigação consiste em aferir se “A agressividade fiscal está inversamente relacionada com a RSE”. Caso esta hipótese se verifique, é esperado que a RSE esteja relacionada positivamente com a ETR, tendo em conta que maiores níveis de ETR estão associados a menores práticas de evitação fiscal.

Desta forma, em concordância com a Tabela 13, os resultados evidenciam uma relação positiva entre a ETR e a RSE, confirmando assim a hipótese desenvolvida. A relação positiva entre as duas variáveis demonstra que, em média, quando o índice de RSE aumenta 1 ponto, a ETR aumenta 0,621 pontos percentuais. Esta interpretação só é válida se todas as restantes variáveis se mantiverem constantes. Verifica-se ainda uma significância de 1% neste coeficiente, o que quer dizer que o índice de RSE contribui significativamente para o modelo.

Observa-se ainda que nenhuma das variáveis de controlo entram de forma significativa no modelo, no entanto os coeficientes são negativos, à exceção da estrutura de capitais (LEV), o que vai de encontro à literatura supramencionada (Lanis & Richardson, 2012b, 2015, 2016; Cheng *et al.*, 2012, citados por Lanis & Richardson, 2016, p. 10). Embora as variáveis de controlo não entrem significativas no modelo, o coeficiente do índice do RSE corrobora a hipótese de estudo. Uma vez que o coeficiente do índice é positivo, conclui-se que a RSE está positivamente associada à ETR, ou seja, a RSE está inversamente relacionada com a agressividade fiscal. Desta forma, também se conclui que este estudo parece ir de encontro às investigações de autores supramencionados, nomeadamente Lanis e Richardson (2012b), Hoi *et al.* (2013) e Lanis e Richardson (2015).

Em relação ao modelo em geral, este apresenta um R^2 ajustado de 4,6%. Este valor significa que 4,6% da variância da ETR é explicada pelo modelo. Porém, note-se que o F-value é significativo a 10%. Ou seja, as variáveis independentes influenciam a ETR, e por isso o modelo pode ser aplicado para fazer previsões na ETR.

De acordo com a literatura existente e após a realização dos testes anteriores, é possível concluir que a ETR apresenta fragilidades. Existem variáveis que influenciam esta medida, como por exemplo a intensidade de ativos e a estrutura de capital. Estas, por sua vez, não influenciam o RAI. Por isso, se uma empresa se basear muito em AFT, esta situação já vai afetar a ETR dessa empresa. Porém, nenhuma fragilidade faz com que esta medida seja inapropriada para estudos deste âmbito, porque a ETR é capaz de captar uma ampla gama de estratégias fiscais.

Assim, no sentido de verificar alguma robustez do estudo, criou-se um modelo alternativo com uma medida alternativa à ETR utilizando uma questão do questionário, mantendo as mesmas variáveis de controlo.

No âmbito do questionário aplicado, havia uma afirmação sobre a tributação, concretamente: “A nossa empresa paga sempre os seus impostos de acordo com o exigido pelas normas em vigor”. O índice do modelo anterior incluía esta questão. Portanto, para este modelo alternativo retirou-se a questão em causa desse índice inicial, ficando 15 questões, e a variável dependente consiste apenas nas respostas dadas a esta questão sobre a tributação, que é usada como *proxy* da evitação fiscal. A obtenção deste novo índice foi efetuada de forma semelhante ao índice anterior. Isto é, foi aplicada uma escala de *Likert*

com as seguintes avaliações: “Discordo bastante”, “Discordo parcialmente”, “Nem concordo nem discordo”, “Concordo parcialmente” e “Concordo bastante”, estando estas codificadas de 1 a 5. Para obter o índice de RSE, foi necessário somar todos os pontos atribuídos às afirmações colocadas, e dividir essa soma por 75. Todas as afirmações encontram-se na afirmativa, por isso quanto mais próxima do “Concordo bastante” estiver a resposta dos inquiridos, mais socialmente responsável é a empresa. Tendo em conta que foram aplicadas 15 afirmações (já com a questão da tributação excluída), 75 é o resultado da multiplicação entre 15 e 5 (ponto atribuído ao “Concordo bastante”).

A estatística descritiva destas duas novas variáveis encontra-se na Tabela 14, e os resultados da regressão linear usando esta *proxy* de ETR constam da Tabela 15.

Tabela 14 - Estatística descritiva das duas novas variáveis

	N	Mínimo	Média	Máximo	Desvio-padrão
CSR_PROXY	96	,20	,96	1,00	,13
CSR_INDEX	96	,21	,81	1,00	,14

Analisando a tabela, verifica-se que ambas as medidas apresentam resultados muito semelhantes. O mínimo da CSR_PROXY é de 0,20, enquanto o do CSR_INDEX é de 0,21. Os máximos são iguais a 1 em ambas as variáveis. As médias das duas variáveis são elevadas e também apresentam valores próximos. Estas médias elevadas significam que as empresas respondentes apresentam níveis elevados de RSE.

Tabela 15 - Resultados da regressão linear considerando medida alternativa à ETR

Variáveis	Sinal previsto	CSR_PROXY
CSR_INDEX	+	-,067 (,100)
SIZE	-	,013* (,008)
ROA	?	,186 (,149)
LEV	-	,094 (,086)
CAP_INT	-	,006 (,071)

**Tabela 15 - Resultados da regressão linear considerando medida alternativa à ETR
(Continuação)**

Constante	?	,889*** (,107)
R ² ajustado (%)		-,4%
F-value		,930
N		96

***. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,01.

** . Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,05.

*. Estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,10.

Neste modelo, os resultados já se alteram quando comparados ao modelo discutido anteriormente. O coeficiente do índice de RSE, neste caso, é negativo e não é estatisticamente significativo. A variável de controlo SIZE é a única que entra estatisticamente significativa para o modelo. Os coeficientes das quatro variáveis de controlo são positivos, o que não vai de encontro ao esperado. Assim, pode concluir-se que este modelo não confirma a hipótese de investigação estipulada.

Apesar da inconsistência entre os resultados, os primeiros resultados apresentados parecem sugerir que a RSE está positivamente associada com a ETR, o que leva a concluir que empresas com maiores níveis de RSE são menos propensas a ser fiscalmente agressivas. Estes resultados confirmam a hipótese de investigação.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES DO ESTUDO

O principal objetivo desta investigação foi obter evidência empírica sobre as práticas de evitação fiscal e o grau de RSE associado às empresas portuguesas, mais concretamente às do distrito de Braga. Mais precisamente, pretendeu-se estudar se as empresas socialmente mais responsáveis são mais ou menos evitadoras de impostos. A principal motivação para a realização deste estudo foi a atualidade e relevância destas temáticas.

Para levar esta investigação a cabo, em termos metodológicos, foi elaborado um questionário de resposta fechada que, posteriormente, foi enviado aos CEO de uma amostra de PME do distrito de Braga. O questionário procurou aferir a perceção da responsabilidade das empresas sobre vários grupos de *stakeholders*: sociedade, meio ambiente, gerações futuras, ONG, funcionários, clientes e governo. O objetivo do inquérito foi obter informação para elaborar um índice de RSE, para que este fosse integrado no modelo de regressão linear. Este modelo contou com a ETR como variável dependente, o índice de RSE obtido através do questionário como variável explicativa de interesse, e como variáveis de controlo as seguintes: a dimensão da empresa (SIZE), a rentabilidade do ativo total líquido (ROA), a estrutura de capitais (LEV) e a intensidade de capital (CAP_INT).

A hipótese de estudo foi testada considerando dois modelos. Isto é, inicialmente, foi testada a hipótese considerando o índice de RSE em quatro níveis (sendo eles, a sociedade e o ambiente, os funcionários, os clientes e o governo). De seguida, testou-se a hipótese considerando o índice total de RSE.

No que diz respeito ao primeiro modelo, todos os coeficientes obtidos dos índices de RSE foram positivos e estatisticamente significativos, à exceção do índice que considera a sociedade e o ambiente. Estes resultados sugerem que o aumento da RSE, medido ao nível dos funcionários, clientes e governo, está associado a maiores ETR. Ou seja, maiores níveis de RSE estão associados à práticas de menos evitação fiscal.

Considerando o segundo modelo, a hipótese de estudo foi comprovada. Neste modelo, os resultados obtidos evidenciam uma relação positiva entre a ETR e a RSE. A relação positiva entre as duas variáveis parece indicar que uma empresa mais socialmente responsável é menos propensa a evitar os impostos. Apesar da literatura não ser

consensual sobre esta relação, as conclusões deste projeto consideram-se concordantes com a literatura que sugere uma relação negativa entre a RSE e a evitação fiscal, e a hipótese confirmada constitui um contributo para a mesma.

O estudo contribui para a literatura, no sentido em que fornece evidência empírica que mostra que empresas com mais responsabilidade social são menos propensas a ser fiscalmente agressivas. Numa perspetiva económica, com o aumento do índice de RSE, parece aumentar também a ETR. Isto é, quanto mais responsável for uma empresa no contexto socioeconómico em que se insere, menos impostos essa empresa evita, o que pode ter implicações ao nível da receita fiscal. O estudo confirma também os resultados de pesquisas anteriores, que indicam que empresas com melhor desempenho social são menos agressivas fiscalmente (Lanis & Richardson, 2012b; Hoi *et al.*, 2013).

A presente investigação apresenta limitações. A principal limitação prende-se com a dimensão da amostra. Após a aplicação do questionário, a resposta por parte das empresas selecionadas para o estudo foi de difícil obtenção, mesmo depois de vários reenvios do questionário. Esta situação fez com que a análise se limitasse a um grupo de apenas 96 empresas. Ainda neste contexto, outra limitação que vale a pena salientar é o facto de, aquando da seleção das empresas, existirem empresas com dados em falta na base de dados Amadeus, fazendo com que tivessem de ser excluídas muitas empresas. Aquando da elaboração dos testes estatísticos, o facto das variáveis de controlo não entrarem com significância estatística no modelo também impõe alguma precaução na leitura dos resultados.

Sugere-se, como pista para investigação futura, o desenvolvimento de um estudo do mesmo género ao nível do país. Tal estudo permitirá aumentar a amostra, verificar se empresas localizadas em diferentes zonas do país assumem diferentes níveis de responsabilidade social e de evitação fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbott, W. F., & Monsen, R. J. (1979). On the measurement of corporate social responsibility: self-reported disclosures as a method of measuring corporate social involvement. *The Academy of Management Journal*, 22(3), 501–515.
- Ackers, B. (2017). The evolution of corporate social responsibility assurance – a longitudinal study. *Social and Environmental Accountability Journal*, 37(2), 97–117.
- Adams, C. A. (2015). The international integrated reporting council: a call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28.
- APEE. (2018). *Origens*. Disponível em: <http://www.apee.pt/apee/origens>.
- Armstrong, C. S., Blouin, J. L., Jagolinzer, A. D., & Larcker, D. F. (2015). Corporate governance, incentives, and tax avoidance. *Journal of Accounting and Economics*, 60(1), 1–17.
- Aupperle, K. E., Carroll, A. B., & Hatfield, J. D. (1985). An empirical examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability. *The Academy of Management Journal*, 28(2), 446–463.
- Baron, D. P. (2007). Corporate social responsibility and social entrepreneurship. *Journal of Economics & Management Strategy*, 16(3), 683–717.
- BCSD. (2018). *Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Equilíbrio responsável*. Disponível em: <https://www.bcsdportugal.org>.
- Borges, António; Rodrigues, Azevedo & Rodrigues, Rogério (2010). *Elementos de Contabilidade Geral*, 25ª Ed., Lisboa: Áreas Editora.
- Branco, M. C. (2014). *Comportamento fiscal e responsabilidade social das empresas. Working Papers - OBEGEF* (Vol. 31).
- Branco, M. C., & Delgado, C. (2012). Business, social responsibility, and corruption. *Journal of Public Affairs*, 12(4), 357–365.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2005). An exploratory study of social responsibility disclosure on the internet by portuguese listed companies. *Social Responsibility Journal*, 1(1/2), 81–90.

- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). Corporate social responsibility and resource-based perspectives. *Journal of Business Ethics*, 69, 111–132.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83, 685–701.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497–505.
- Carter, C. R., & Easton, P. L. (2011). Sustainable supply chain management: evolution and future directions. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 41(1), 46–62.
- Cheng, B., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). Corporate social responsibility and access to finance. *Strategic Management Journal*, 35(1), 1–23.
- COM (2001) 366: Livro Verde – Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas, www.europa.eu.
- Davis, A. K., Guenther, D. A., Krull, L. K., & Williams, B. M. (2016). Do socially responsible firms pay more taxes? *The Accounting Review*, 91(1), 47–68.
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17.
- Gallardo-Vázquez, D., & Sanchez-Hernandez, M. I. (2014). Measuring corporate social responsibility for competitive success at a regional level. *Journal of Cleaner Production*, 72, 14–22.
- Grace. (2011). Primeiros passos: guia prático para a responsabilidade social das empresas, 114.
- GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. (2018). *História*. Disponível em: http://www.grace.pt/sobre_o_grace/historia.
- Graham, J. R., & Tucker, A. L. (2006). Tax shelters and corporate debt policy. *Journal of Financial Economics*, 81, 563–594.
- GRI. (2011). *Sustainability Reporting Guidelines - Version 3.1*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3.1-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>.

- GRI. (2018). *About GRI*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 127–178.
- Hoi, C.-K. S., Wu, Q., & Zhang, H. (2013). Is corporate social responsibility (CSR) associated with tax avoidance? Evidence from irresponsible CSR activities. *The Accounting Review*, 88, 2025–2059.
- Hooghiemstra, R. (2000). Corporate communication and impression management—new perspectives why companies engage in corporate social reporting. *Journal of Business Ethics*, 27(1/2), 55–68.
- Huseynov, F., & Klamm, B. K. (2012). Tax avoidance, tax management and corporate social responsibility. *Journal of Corporate Finance*, 18, 804–827.
- International Organization for Standardization. (2018). *ISO 26000 - Social responsibility*. Disponível em: <https://www.iso.org/iso-26000-social-responsibility.html>.
- Landry, S., Deslandes, M., & Fortin, A. (2013). Tax aggressiveness, corporate social responsibility, and ownership structure. *Journal of Accounting, Ethics & Public Policy*, 14(3), 611–645.
- Lanis, R., & Richardson, G. (2012a). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26(1), 75–100.
- Lanis, R., & Richardson, G. (2012b). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: an empirical analysis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31(1), 86–108.
- Lanis, R., & Richardson, G. (2015). Is corporate social responsibility performance associated with tax avoidance? *Journal of Business Ethics*, 127(2), 439–457.
- Lanis, R., & Richardson, G. (2016). Outside directors, corporate social responsibility performance, and corporate tax aggressiveness: an empirical analysis. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 1–24.
- Malherbe, J. (2013). Responsabilidad social de la empresa y fiscalidad. *CGG Georgetown*

- University - Universia*, 7(3), 49–59.
- Mansfield, E. R., & Helms, B. P. (1982). Detecting multicollinearity. *The American Statistician*, 36(3a), 158–160.
- Monteiro, M. A. (2005). A Responsabilidade Social das Empresas (RSE). *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, 21, Agosto, 65-70.
- Orlitzky, M., Schmidt, F. L., & Rynes, S. L. (2003). Corporate social and financial performance: a meta-analysis. *Organization Studies*, 24(3), 403–441.
- Preuss, L. (2010). Tax avoidance and corporate social responsibility: you can't do both, or can you? *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 10(4), 365–374.
- Sikka, P. (2010). Smoke and mirrors: corporate social responsibility and tax avoidance. *Accounting Forum*, 34(3–4), 153–168.
- Singhapakdi, A., Vitell, S. J., Rallapalli, K. C., & Kraft, K. L. (1996). The perceived role of ethics and social responsibility: a scale development. *Journal of Business Ethics*, 15(11), 1131–1140.
- Tresch, Richard. *Public Finance, A Normative Theory*. San Diego: Academic Press, 2002.
- Turker, D. (2009). Measuring corporate social responsibility: a scale development study. *Journal of Business Ethics*, 85(4), 411–427.
- United Nations Global Compact. (2018). *Our Mission*. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/mission>.
- Utting, P. (2005). Corporate responsibility and the movement of business. *Development in Practice*, 15(3–4), 375–388.
- Watson, L. (2015). Corporate social responsibility, tax avoidance, and earnings performance. *Journal of the American Taxation Association*.
- Ylönen, M., & Laine, M. (2015). For logistical reasons only? A case study of tax planning and corporate social responsibility reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 5–23.

APÊNDICES

Apêndice I - Iniciativas que promovem a RSE e sua divulgação

Iniciativas	Descrição
Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)	As orientações da OCDE para empresas multinacionais englobam princípios voluntários para uma conduta responsável em diversas áreas, nomeadamente emprego, ambiente, combate ao suborno, concorrência, tributação e tecnologia (Branco & Delgado, 2012).
UE	A UE tem desenvolvido ações para (1) divulgar resultados e impacto positivo da adoção das práticas de RSE nas empresas e na sociedade, (2) incentivar competências de gestão nesta área, (3) intensificar a RSE nas PME e (4) promover a convergência e transparência das práticas de RSE (Monteiro, 2005).
Pacto Global das Nações Unidas (UNGC)	O objetivo é encorajar as empresas a adotar princípios de RSE, relativos aos direitos humanos, ao trabalho e ao meio ambiente. É a maior iniciativa de RSE (UNGC, 2018).
GRI	Organização internacional independente pioneira no relatório de sustentabilidade desde 1997. Esta organização visa o desenvolvimento e a divulgação das diretrizes aplicáveis a nível mundial para que as empresas possam usar ao divulgar o desempenho económico, ambiental e social (GRI, 2018).
ISO 26000 da Organização Internacional de Normalização (ISO)	Fornece orientações sobre como as empresas e organizações podem operar de forma socialmente responsável, isto é, significa que estas atuem de forma ética e transparente, contribuindo para a saúde e o bem-estar da sociedade (ISO, 2018).

Apêndice II - Organizações/Associações que promovem a RSE

Organizações	Descrição
Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)	É uma associação sem fins lucrativos, constituída em 2000, que apresenta como missão a reflexão, promoção e desenvolvimento de iniciativas sobre RSE. Tem como principal objetivo incentivar as empresas a participar no contexto social em que se inserem, através de parcerias que potenciem impactos visíveis da atividade da associação em articulação com outras entidades da sociedade civil (GRACE, 2018).
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD) Portugal	É uma associação empresarial que representa as empresas comprometidas com a sustentabilidade. A atividade desta associação é apoiada pela rede global do <i>World Business Council for Sustainable Development</i> (WBCSD), sendo esta a maior organização empresarial internacional dedicada ao desenvolvimento sustentável (BCSD, 2018).
Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE)	Fundada em 2002, tem o intuito de promover o desenvolvimento da ética nas organizações, com plena integração nas suas práticas de gestão e, consequentemente, no seu meio envolvente (APEE, 2018).

Apêndice III – Carta de apresentação

Bom dia Ex.mo(a) Senhor/Senhora,

Sou aluna de mestrado em Contabilidade da Universidade do Minho e estou a realizar um estudo, para elaboração de dissertação de mestrado, que pretende determinar o índice de responsabilidade social de um conjunto de empresas.

Gostaria imenso de contar com a participação da vossa empresa, sendo que o questionário se dirige à pessoa que assume a gestão da vossa empresa. Para tal, agradeço a sua participação na resposta às questões que se encontram no questionário online, que pode ser acedido através do seguinte link: [1://SurveyLink?d=Take the Survey](#).

A participação da vossa empresa neste questionário bem como as respostas às questões são confidenciais.

Agradeço desde já o tempo despendido e a sua colaboração.

Cordialmente,

Marta Sousa

Apêndice IV – Formulário do questionário

Responsabilidade social empresarial

O presente questionário insere-se no âmbito da dissertação de mestrado em Contabilidade subordinada ao tema "Estudo da relação entre a responsabilidade social empresarial e a tributação", a decorrer na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

O estudo pretende determinar o índice de responsabilidade social de um conjunto de empresas. Assim, muito agradeço a sua participação na resposta às questões que se seguem. É muito importante que procure responder com o máximo de rigor e honestidade às perguntas. Não existem respostas corretas ou erradas relativamente a qualquer das perguntas, pretendendo-se apenas respostas o mais aproximadas possível da realidade da empresa.

Os dados recolhidos são confidenciais. O tratamento dos mesmos é efetuado de uma forma global, não sendo portanto possível associar os índices de responsabilidade a cada empresa participante.

Caso tenha interesse em receber as conclusões do presente estudo, vai ser disponibilizado um espaço apropriado no final do questionário para indicar um contacto eletrónico para esse efeito.

Caso tenha alguma questão sobre o projeto, por favor não hesite em contactar-me através do seguinte endereço: marta.tsousa@hotmail.com.

Agradeço desde já o tempo despendido e a sua colaboração.

Marta Sousa

Q2. Qual o seu sexo?

- Feminino
- Masculino
-

Q3. Qual a sua idade?

- Menos de 25 anos
 - 26 - 30 anos
 - 31 - 35 anos
 - 36 - 40 anos
 - Mais de 41 anos
-

Q4. Quais as suas habilitações literárias?

- 4º ano de Escolaridade
 - 6º ano de Escolaridade
 - 9º ano de Escolaridade
 - 12º ano de Escolaridade
 - Bachelato
 - Licenciatura (pré/pós-Bolonha)
 - Pós-Graduação
 - Mestrado ou Mestrado Integrado
 - Doutoramento
 - Outra: _____
-

Q5. Qual a posição que ocupa na empresa?

- Administrador/a
 - CEO ou Diretor/a Geral
 - CFO ou Diretor/a Financeiro/a
 - Gestor/a
 - Accionista / Gerente
 - Administrativo/a
 - Outra. Qual? _____
-

Q6. Há quanto tempo ocupa essa posição na empresa?

- Menos de 2 anos
 - 3 - 5 anos
 - 6 - 10 anos
 - 11 - 15 anos
 - Mais de 16 anos
-

Q7. A presente secção visa determinar qual o nível de envolvimento da empresa com diferentes grupos de *stakeholders* (nomeadamente, sociedade, meio ambiente, gerações futuras e ONG). Indique, por favor, o seu grau de concordância com as afirmações, tendo por referência a realidade da empresa.

Q9. A. A empresa e a sociedade/ambiente/gerações futuras/ONG

	Discordo bastante	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo bastante
A nossa empresa contribui para campanhas e projetos que promovem o bem-estar da sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa implementa programas especiais para minimizar o seu impacto negativo no meio ambiente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa participa em atividades que visam proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa tem como objetivo o crescimento sustentável que considera as futuras gerações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa faz investimentos para promover uma vida melhor para as gerações futuras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa encoraja os seus funcionários a participar em atividades de voluntariado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa apoia organizações não-governamentais (ONG) que trabalham em áreas problemáticas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q10. A presente secção visa determinar qual o nível de envolvimento da empresa com diferentes grupos de *stakeholders* (nomeadamente, funcionários, clientes e governo). Indique, por favor, o seu grau de concordância com as afirmações, tendo por referência a realidade da empresa.

Q12. B. A empresa e os funcionários/clientes/governo

	Discordo bastante	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo bastante
A nossa empresa apoia os funcionários que pretendem adquirir formação adicional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa implementa políticas que proporcionam aos funcionários um bom equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A gestão da nossa empresa está focada nas necessidades e desejos dos funcionários.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As decisões de gestão relacionadas com os funcionários são geralmente justas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa fornece aos clientes informações completas e exatas sobre os produtos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa respeita os direitos dos consumidores para além do exigido legalmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A satisfação do cliente é extremamente importante para a nossa empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa paga sempre os seus impostos de acordo com o exigido pelas normas em vigor.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A nossa empresa cumpre na íntegra e tempestivamente com os regulamentos legais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q13. Tal como informado inicialmente, poderá indicar um contacto eletrónico na caixa de texto seguinte de forma a ter acesso às conclusões do presente estudo.
